



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**

RAQUEL ARAÚJO AMARAL

**PROTAGONISMO FEMININO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA
SENHORA DAS GRAÇAS, EM ÓBIDOS/PA**

Santarém, PA
Julho, 2019

RAQUEL ARAÚJO AMARAL

PROTAGONISMO FEMININO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS, EM ÓBIDOS/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia, da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de bacharel em Antropologia.

Orientadora Profa. Dra.: Luciana Gonçalves de Carvalho

Santarém, PA
Julho, 2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

A485p Amaral, Raquel Araújo.

Protagonismo feminino na comunidade quilombola nossa senhora das graças, em Óbidos/PA. / Raquel Araújo Amaral. - Santarém, 2019.
66f.: il.

Orientador: Luciana Gonçalves de Carvalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Antropologia e Arqueologia

1. Comunidade quilombola. 2. Gênero. 3. Protagonismo feminino. I. Carvalho, Luciana Gonçalves de. II. Título. CDD: 23. 305.4

Bibliotecária - Documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB/2 566



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

RAQUEL ARAÚJO AMARAL

**"PROTAGONISMO FEMININO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS, EM ÓBIDOS/PA".**

Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Antropologia
com objetivo de obter aprovação na disciplina TCC-3, e obtenção
de grau de Bacharelado em Antropologia na Universidade Federal
do Oeste do Pará.

Nota: 10

Data de Aprovação 31/07/2019

PRESIDENTE: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Gonçalves de Carvalho
Universidade Federal do Oeste do Pará

AVALIADOR(A): Prof^ª. Dr^ª. Lucybeth Camargo de Arruda
Universidade Federal do Oeste do Pará

AVALIADOR(A): Prof^ª. Dr^ª. Antônia do Socorro Pena da Gama
Universidade Federal do Oeste do Pará

RESUMO

Este trabalho analisa o protagonismo feminino na comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças, em Óbidos/PA, a fim de compreender o lugar ocupado pelas mulheres em diferentes períodos da história desta comunidade. As memórias sobre a ocupação local fazem referência a mulheres que tiveram papel decisivo na fundação da comunidade, na sua coesão social e na configuração da identidade étnica assumida pelos comunitários contemporaneamente. Considerando que as mulheres ancestrais lograram posição de destaque na fase de formação e consolidação do grupo que, na atualidade, se constitui como núcleo comunitário, busca-se averiguar a persistência deste protagonismo nos dias atuais. Para tanto, o estudo empreendido focalizou a categoria analítica gênero para examinar a atuação feminina nos principais espaços de sociabilidade do ambiente rural de Nossa Senhora das Graças, tais quais: a igreja, a escola, a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Comunidade Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (ARQCONSGPAB), a folia de Santa Maria e a instituição familiar. Do estudo, deriva a compreensão de que as mulheres em Nossa Senhora das Graças, possuem um lugar de fala estratégico que lhes possibilita influenciar nas decisões que são tomadas na comunidade.

Palavras-chaves: Comunidade quilombola. Gênero. Protagonismo feminino.

ABSTRACT

This study analyzes the leading role of local women at the Quilombola community of Nossa Senhora das Graças in the municipality of Óbidos, state of Pará, Brazil. Its research sought to understand the place occupied by women in different periods of this community's history. The memories from the early days of its occupation refer to women who played decisive roles in its foundation, in the establishment of its social cohesion and in the making of the ethnic identity recognized by its contemporary members. Since ancestral women did occupy prominent positions during the stages of formation and consolidation of the group which is now the community's nucleus, this research also looked into the persistence of such role of leadership in the present. To attain this aim, it focused on gender as its analytic category and examined the activities of women at key social settings of the rural life of Nossa Senhora das Graças: its church, its school, the Association of Quilombola Descendants of the Community of Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (ARQCONSGPAB), the local Santa Maria festivities and the family-milieu. A result of this study is the understanding that the women of Nossa Senhora das Graças occupy a strategic locus of speech, which enables them to exert influence on the decisions of the community.

Keywords: Quilombola community; Gender; Women's leadership.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Motivações para a realizar a pesquisa.....	12
1.2. Metodologia e estrutura do TCC.....	16
Capítulo 2 – LUTA FEMININA POR AFIRMAÇÃO E VISIBILIDADE.....	22
2.1. Considerações gerais sobre a luta feminina por equidade de direitos	22
2.2. Protagonismo feminino no movimento negro do Baixo Amazonas Paraense	26
2.2.1. Ana Cleide da Cruz Vasconcelos (comunidade Arapemã, Santarém/Pa)	31
2.2.2. Idaliana Marinho Azevedo (Óbidos)	32
2.2.3. Outras personagens, muitos relatos	34
Capítulo 3 – PROTAGONISMO FEMININO EM NOSSA DAS GRAÇAS	37
3.1. O protagonismo das mulheres ancestrais da comunidade	37
3.2. As folias no contexto cultural amazônico	39
3.3. As mulheres de Nossa Senhora das Graças no contexto atual	44
3.3.1. Unidade Escolar	46
3.3.2. Igreja de Nossa Senhora das Graças	49
3.3.3. Associação Remanescente de Quilombos de Nossa Senhora das Graças	49
3.3.4. Folia de Santa Maria como símbolo do protagonismo feminino	51
3. 4. Dilemas e perspectiva	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

Ao companheiro de caminhada
Anderson Carlos Nogueira Amaral.
Meu principal incentivador e porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Oeste do Pará pela oportunidade de realizar um sonho que me acompanha há mais de 20 anos: tornar-me antropóloga.

Agradeço à professora Luciana Gonçalves de Carvalho por partilhar sua sabedoria e experiência acadêmica durante os vários momentos de orientação que vivenciamos.

Agradeço aos meus pais: Maria de Nazaré Chaves e Juarez Araújo Chaves por me ensinarem, desde a infância, a trilhar por caminho novos e desafiadores.

Agradeço ao Anderson, Fabrício e Caroline: meus amores maiores, por serem as pessoas nas quais encontro carinho, apoio e incentivo cotidianamente.

Por fim, agradeço aos quilombolas de Nossa Senhora das Graças, que tanto me inspiram com seu jeito audaz e singular de viver.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças	12
Figura 2 – Fase da cheia e da vazante do rio em Nossa Senhora das Graças	17
Figura 3 – Recreação durante a vazante do rio em Nossa Senhora das Graças	18
Figura 4 – Cultivo agrícola de culturas de ciclo curto, plantadas na frente das residências	45
Figura 5 – Barracão comunitário que funciona como escola multisseriado	46
Figura 6 – Comemoração do dia das crianças na escola de Nossa Senhora das Graças	47
Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora das Graças	48
Figura 8 – Criança representando Santa Maria/2018	53
Figura 9 – Apresentação da Folia de Santa Maria/2018	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACREQARA – Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo de Arapemã

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARQCONSGPAB – Associação dos Remanescentes de Quilombo da Comunidade Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo

ARQMO – Associação Remanescente de Quilombos do Município de Oriximiná

ARQMOB – Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos

FOQS – Federação das Comunidades Quilombolas de Santarém

ICS – Instituto de Ciências da Sociedade

INCRA – Instituto De Colonização e Reforma Agrária

PA – Projeto de Assentamento

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

TCC – trabalho de Conclusão de Curso

TD – Título de Domínio

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

Z19 – Colônia de Pescadores do município de Óbidos

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

1.1. Motivações para realizar a pesquisa

Nossa Senhora das Graças é uma comunidade remanescente de quilombo situada na várzea amazônica, no município de Óbidos, estado do Pará (Figura 1). O ambiente de várzea, próprio dos espaços banhados pelo rio Amazonas, é descrito por estudiosos como: “Planície de inundação, forma faixa de largura variável ao longo do baixo e médio curso do rio Amazonas e baixo curso de seus afluentes, que pode alcançar 16 km de largura em Itacoatiara, 50 km em Parintins, 33 km em Óbidos e 24 km em Paracá e Santarém” (MOREIRA, 1977, p. 15). É neste local, circundado por assentamentos de reforma agrária denominados de agroextrativistas¹, que se localiza a comunidade Nossa Senhora das Graças, foco principal do presente estudo.

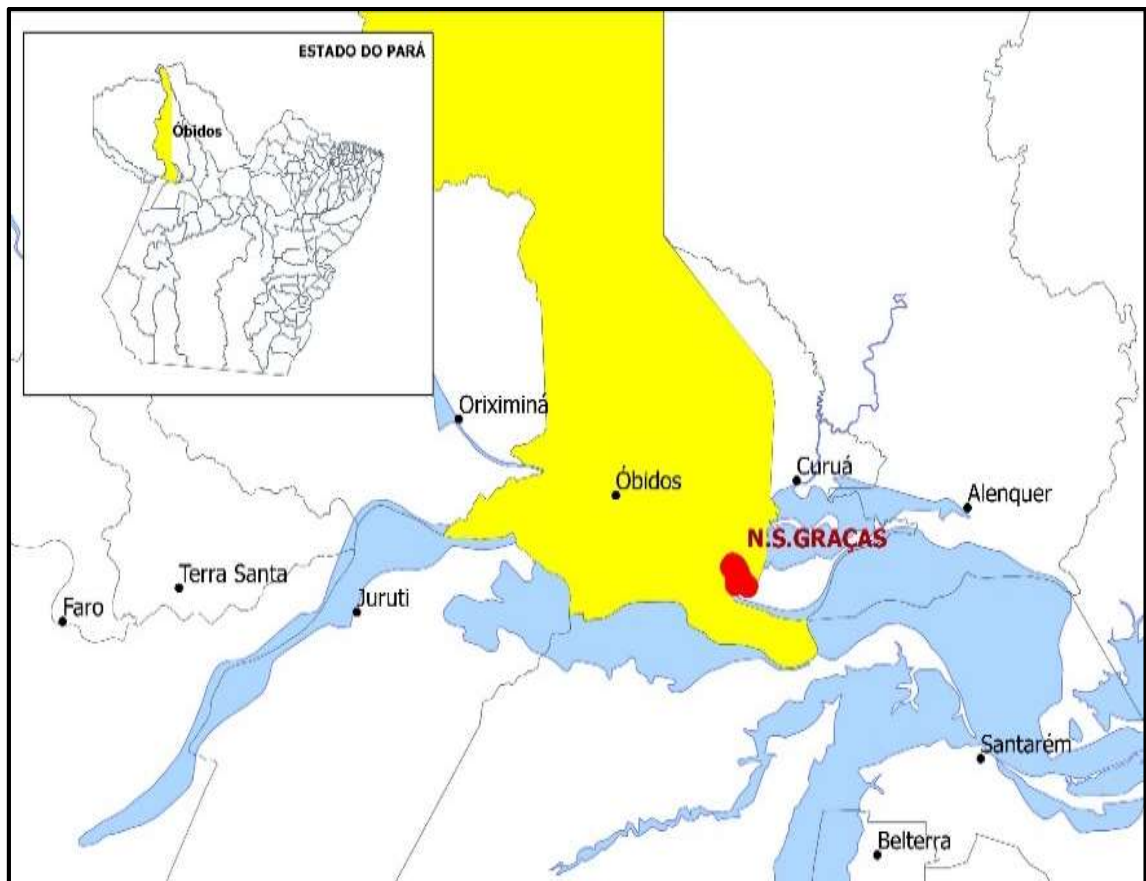


Figura 1 - Localização da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças.

Fonte: Caldeira, Paulo – engenheiro cartógrafo.

¹ A modalidade de assentamento agroextrativistas foi instituída pela Portaria/INCRA/nº 268, de 23 de outubro de 1996. De acordo com este normativo, o ambiente de várzea é propício para o desenvolvimento de atividades agroextrativistas. Diante disso, as populações que moram na várzea terão suas ocupações fundiárias regularizadas por meio da criação de assentamentos agroextrativistas. O instrumento jurídico que será entregue a estas famílias para regularizar suas moradias, será o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), conforme prevê a Lei nº 11.481/2009.

Os primeiros contatos com a comunidade foram estabelecidos ao longo de 2015, por força das atividades laborais que exerci junto aos comunitários, na condição de servidora do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Como servidora dessa autarquia federal, desde março de 2013 participei da ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR30/STM Nº07/2014, cujo objeto era a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território de Nossa Senhora das Graças.

O RTID é uma produção técnica indispensável à instrução e à condução de processos administrativos de regularização fundiária quilombola, que ao final do processo, outorga aos remanescentes de quilombos o título definitivo das terras que ocupam, em conformidade com o Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4887/2003². Na referida ordem de serviço coube a mim a responsabilidade de elaborar o relatório antropológico da comunidade, que é a peça técnica inaugural do RTID que objetiva caracterizar o grupo social e o território por ele reivindicado, dando ênfase à sua trajetória histórica e a expressões da sua territorialidade própria.

De 2015 em diante, os encontros, as visitas e a interação com a comunidade foram frequentes, e, à medida que as relações eram intensificadas, os moradores de Nossa Senhora das Graças se sentiam desinibidos para narrar a história do lugar e para comunicar sua visão de mundo, organização social, lógica e modo de vida. Como resultado desse processo interativo, entrei em contato com distintas narrativas que colocavam diversas mulheres pretéritas em posição de destaque na história da comunidade; por outro lado, as figuras masculinas eram mais sutilmente mencionadas, sem que sobressaíssem fatos ou acontecimentos relevantes envolvendo-os.

Em conformidade com a memória coletiva dos moradores, o povoamento da comunidade iniciou em 1808, com a chegada da senhora Martinha Pinheiro de Azevedo, mulher negra cujos pais eram escravos em fazendas de cacau do município de Óbidos. Aureliano Cândido Tavares Bastos, advogado e jornalista que escreveu *O vale do Amazonas*, relata que, durante sua passagem pelas províncias do Pará e Alto Amazonas, na segunda metade do século XIX, o trabalho escravo era intensamente utilizado nos engenhos de açúcar, nas plantações de cacau, nas fazendas de rebanho bovino e nos engenhos de açúcar movidos a vapor. Ainda, conforme esse autor, Óbidos e Santarém ocupavam posição de destaque tanto pela

² Decreto que institui os procedimentos administrativos para implementação do direito estabelecido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. O Decreto nº 4887/2003 “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

dinamicidade destas atividades produtivas quanto pelo grande contingente populacional que detinham (BASTOS, 1975).

A primeira denominação que recebeu a comunidade Nossa Senhora das Graças foi Santa Maria, nome dado pela matriarca Martinha devido à sua devoção à Santa Maria, que também era a padroeira dos comunitários. A mudança de nome e de padroeira ocorreu em 1982, por ocasião da construção da igreja católica no local da antiga habitação de dona Martinha. Antes de ser transferida para este local, a igreja era edificada na comunidade Vila Zita. Mas, devido a diversos descontentamentos ocasionados pela proximidade entre a igreja e um campo de futebol, os fiéis resolveram deslocar a igreja para outro lugar na Vila Zita, visando fugir do barulho gerado pelo público que se fazia presente no campo de futebol.

A estratégia de mudar a igreja de local, obteve sucesso, por cerca de três anos. Transcorrido este tempo, foi construído um bar bem próximo à igreja, gerando muitos aborrecimentos aos frequentadores da igreja, devido ao som alto e perturbações de pessoas alcoolizadas durante as missas e programações. Ante ao novo problema enfrentado, as lideranças tomam uma decisão mais radical: transferir a igreja de Nossa Senhora das Graças da Vila Zita para a comunidade de Santa Maria.

Este episódio foi determinante para que ocorresse a modificação do nome da comunidade outrora batizada pela senhora Martinha, bem como, para que fosse mudada a santa padroeira da comunidade. A partir de 1982, a padroeira e o nome da comunidade quilombola passaram a ser, então, Nossa Senhora das Graças.

Na memória coletiva dos moradores é comum a menção a mulheres que contribuíram para manter a comunidade coesa, dinâmica e festiva, dentre elas destacam-se: Martinha, Maria Botóia e Cezarina, entre outras. Em períodos mais contemporâneos sobressai-se o grupo de mulheres que forma a Folia de Santa Maria, uma manifestação cultural peculiar da comunidade, que melhor a caracteriza. Nas programações comemorativas em que há a presença de visitantes e de autoridades, a folia se apresenta como uma demonstração de boas-vindas e acolhimento, só dispensado àqueles que os comunitários desejam comunicar carinho e apreço.

A persistência com que a figura feminina se destaca na história local aguçou meu interesse em aprofundar estudos que detalhassem a atuação feminina na comunidade em períodos de longa duração. O termo técnico, longa duração, foi desenvolvido por Fernand Braudel durante a década de 1950 na obra *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, constituindo-se na ideia central do livro. Segundo Braudel (1995), para além dos fatos cotidianos que vivenciamos, há estruturas mais profundas, que são quase permanentes e

regem a vida social sem que se tenha consciência disso, tornando-se estruturas que resistem mais tempo à História.

De posse deste conceito, buscou-se identificar a atuação das mulheres de Nossa Senhora das Graças, tendo como referência a chegada da senhora Martinha (1808) ao espaço geográfico estudado neste trabalho acadêmico. Sem perder de vista, entretanto, que a longa duração desta comunidade encontra suas raízes no continente africano, de onde descendem os remanescentes de quilombos que a habitam.

Em tempo hodiernos, buscou-se averiguar se o protagonismo feminino, exercido no passado, se mantém no presente. Para isso, procurou-se investigar a presença e atuação das mulheres nos principais espaços de socialização existentes na comunidade, principalmente: escola, igreja católica, Associação dos Remanescente de Quilombos da Comunidade Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (ARQCONSGPAB) e a folia de Santa Maria.

De forma abreviada a pesquisa tem por objetivo geral averiguar o papel desempenhado pelas mulheres em diferentes períodos da história da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças. Como objetivos específicos o presente estudo se dispõe a:

- a) identificar a participação das mulheres do Baixo Amazonas Paraense no processo de fortalecimento do movimento quilombola na região;
- b) averiguar o protagonismo feminino na comunidade Nossa Senhora das Graças em tempos pretéritos que remontam à fase inicial da ocupação da comunidade;
- c) examinar a atuação das mulheres de Nossa Senhora das Graças nas instituições sociais existentes na comunidade quilombola.

Trata-se, pois, de identificar e analisar o protagonismo feminino em termos práticos e simbólicos. Para tanto, propõe-se a seguinte questão norteadora: o protagonismo ancestral desempenhado pelas mulheres nos primórdios da comunidade persiste no modo de viver dos comunitários atualmente? Somekh e Lewin (2015, p. 396), ressaltam que “a teorização pós-estruturalista feminista aborda em especial os processos concretos que transformam as pessoas em sujeitos pautados pelo gênero”. Assim, o estudo voltado para mulheres negras sediadas na Amazônia se propõe a colaborar no processo de difusão de conhecimentos sobre a atuação feminina nos espaços sociais dessa região, instituídos no cenário comunitário e fora dele em diferentes recortes temporais.

Em consonância com os dados contidos no Cadastro Quilombola elaborado pelo Incra em 2015 durante os estudos do RTID, em Nossa Senhora das Graças há 44 unidades familiares que totalizam uma população de 171 pessoas. Percebe-se que em termos quantitativos, há um equilíbrio entre os sexos, tendo em vista que existem 86 homens e 85 mulheres fixadas na

comunidade. Muito embora o Cadastro Quilombola tenha sido elaborado em 2015, estima-se que os dados sejam condizentes com a realidade atual, haja vista, o baixíssimo crescimento vegetativo e que as migrações são praticamente nulas nesta comunidade, em virtude da existência de normas internas que controlam a circulação de pessoas e o acesso à terra para fins de moradia e de desenvolvimento de atividades produtivas.

1.2. Metodologia e estrutura do TCC

Com a finalidade de atender aos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa etnográfica, na qual se lançou mão de diferentes estratégias metodológicas. Uma delas foi inventariar o que já havia sido produzido, especialmente por escrito, sobre o protagonismo feminino negro no contexto regional em que a comunidade está inserida. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que abrangeu produções acadêmicas e documentos guardados em instituições públicas. Dentre as instituições privilegiadas, cita-se a biblioteca municipal de Óbidos e o Serviço Quilombola do Inra de Santarém.

Como já exposto, enquanto remanescente de quilombo, a comunidade Nossa Senhora das Graças foi beneficiária da política de regularização fundiária executada pelo Inra, constituindo-se objeto de estudo de um RTID elaborado entre 2015 e 2016 por uma equipe técnica composta por servidores públicos de diferentes áreas do conhecimento: antropólogos, agrônomos, engenheiros cartógrafos, topógrafos e bacharéis em direito. Como produto da interação entre estes profissionais, foram geradas diferentes peças técnicas que compuseram o RTID, conforme requer a legislação pertinente: relatório antropológico, relatório agroambiental, mapa, memorial descritivo e parecer jurídico. Pela amplitude dos estudos realizados na comunidade, o RTID de Nossa Senhora das Graças se tornou uma fonte amplamente utilizada como pesquisa documental nesta pesquisa.

Importante referir, ainda, a realização de pesquisas de campo baseadas em observações e em entrevistas semiestruturadas com o objetivo de ouvir as narrativas sobre o protagonismo das mulheres presentes na memória coletiva do grupo, ao mesmo tempo em que se buscava identificar nas instituições locais, as funções ou os cargos ocupados por mulheres, como forma de evidenciar a participação e inserção delas na vida cultural, religiosa e política de Nossa Senhora das Graças. Iniciado durante os estudos do RTID, o trabalho de campo voltado especialmente para a temática deste trabalho foi realizado desde o segundo semestre de 2017. Desde então, todas as visitas realizadas à comunidade, em função do rito processual de titulação da comunidade, por mim conduzido, se configurava em uma oportunidade para travar diálogos

visando a compreender como ocorreu o processo de povoamento da comunidade, identificar os personagens que figuravam na narrativa coletiva que apontava para a origem comum presumida do grupo e, também, para observar a participação feminina na dinâmica cotidiana dos comunitários.

A fase que antecedeu as idas a campo, com fins de realizar o presente trabalho acadêmico, foi importante para que a pesquisa fosse desenvolvida em um contexto mais empático entre os agentes nela envolvidos e para que os laços de amizade se solidificassem a cada novo encontro. Corroborando com este entendimento, Tyler (2016) realça a necessidade de serem envidados esforços mútuos dos sujeitos envolvidos em uma pesquisa para que as atividades investigativas propriamente ditas encontrem um clima de reciprocidade e de diálogo fluido.

Em 2018 foram empreendidas visitas a campo durante em duas fases marcantes da vida da comunidade, ilustradas na Figura 2: a cheia, quando o solo da comunidade fica totalmente imerso em águas, e no período da vazante, quando a água volta a se acomodar no leito do rio.



Figura 2: Fase da cheia e da vazante do rio em Nossa Senhora das Graças
Fonte: AMARAL, Raquel.

Fazer-se presente na comunidade nestes períodos demarcados pelo avanço e recuo das águas do rio é fundamental para entender as modificações que ocorrem na rotina dos moradores. Durante a cheia qualquer deslocamento a pé, fora dos espaços das residências, torna-se impossível de ser efetivado. As visitas aos vizinhos só podem ser realizadas mediante o uso de

canoas movidas a remo ou a rabetas,³ e tais meios de locomoção funcionam como se fossem uma extensão do corpo dos comunitários, assemelhando-se às pernas (membro inferior do corpo humano), pois os conduzem em qualquer deslocamento fora do ambiente das residências, tais como: igreja, escola, para uma reunião ou para uma conversa trivial com os vizinhos. Neste período, os contatos sociais e os encontros para socialização entre os comunitários são reduzidos e quase inexistentes, imperando na comunidade um sentimento melancólico e introspectivo, devido cada família permanecer recolhida em suas habitações e delas saindo somente em situações necessidade relevante.

Na fase da vazante do rio, que se concretiza no segundo semestre de cada ano, a comunidade fica agitada: no final da tarde ocorrem as partidas de futebol, jogo de vôlei e brincadeiras variadas. A Figura 3 explicita um pouco da interação que ocorre quando solo da comunidade não está encoberto pelas águas.



Figura 3: Recreação durante a vazante do rio em Nossa Senhora das Graças.
Fonte: AMARAL, Raquel

Todos os eventos comemorativos ocorrem na fase da vazante do rio. O rio Amazonas tem, assim, o poder de cadenciar a socialização entre os comunitários. Na vazante, também, ocorre a preparação do solo para receber o plantio das culturas de ciclo curto (melancia, milho, maxixe, jerimum e outros). A colheita da lavoura é feita antes que as águas do rio avancem

³ Motores de popa usados em pequenas embarcações regionais.

sobre as plantações. Neste período, ocorrem as festas comunitárias que contam com o envolvimento da maior parte dos moradores.

A realidade ambiental encontrada em Nossa Senhora das Graças encontra similitude com a descrição que Evans-Pritchard (1978) faz sobre *Os Nuer*. Imbricado na conjuntura sociopolítica e acadêmica da época, o auto se propõe a: “descrever a vida dos Nuer e expor alguns dos princípios de sua estrutura social” (ibid., p.12) para atingir tais objetivos, emprega como método “a observação direta e a participação na vida cotidiana das pessoas”, conforme destaca na obra (ibid., p.15).

A descrição da ecologia do lugar, realizada por Evans-Pritchard, aponta que ele é assinalado pelo período da estiagem e das inundações. A etnografia do ambiente é profundamente detalhada, tendo como acontecimento marcante os deslocamentos realizados pelos nuer ao longo do ano em busca de local seguro para si e para seu gado. A caça, a pesca e a colheita são atividades realizadas no período da estiagem, por ocasião do regime de chuvas privilegia-se a horticultura.

Pritchard, narra com detalhes os trabalhos agroextrativistas realizados para garantir a subsistência tribal: laticínio, sorvo, milho, peixe e carne compõem a dieta alimentar nuer. Em consonância com a abundância de alimento são realizadas as cerimônias, rituais e casamentos, desta forma, o período das chuvas constitui-se na fase ideal para que as festas ocorram. O ecossistema habitado pelos nuer se caracteriza pelo equilíbrio ambiental, que permite o desenvolvimento de uma economia mista, regada por atividades produtivas nas diferentes fases do ano, que são assinaladas pela estação das chuvas (período nas aldeias) e pela estação seca (período nos acampamentos).

Ao contrastar a etnografia sobre as tribos neur e a realidade encontrada na comunidade Nossa Senhora das Graças referente aos festejos, se observa uma situação inversa, pois o período de maior sociabilidade entre os comunitários ocorre durante a vazante do rio do Amazonas, ou seja, na estiagem, ao longo do segundo semestre de cada ano. Os principais eventos comemorativos que compõem o calendário de eventos são: festa em homenagem à família (primeira quinzena de agosto); festa em homenagem às crianças (primeira quinzena de outubro); festa do Clube Novo Sucesso (no final do mês de outubro); festa da padroeira Nossa Senhora das Graças (na primeira quinzena do mês de novembro) e apresentações da folia de Santa Maria ao longo, sendo que folia é apresentada ao longo de todo o ano. O ar melancólico, próprio do período em que o solo da comunidade está submerso, é substituído pelo espírito festivo, alegre e envolvente que contagia a todos.

Em conformidade com a dinâmica comunitária, ritmada pela subida e descida das águas do rio Amazonas, episódio que encontra semelhança com o ambiente etnografado por Evans-Pritchard (1978) em *Os Nuer*. As incursões a campo durante os períodos da cheia e da estiagem foram fundamentais para entender que tipo de instrumento de coleta de informação é mais adequado para ser acionado em cada uma destas fases da vida comunitária. Se, por um lado, no período da cheia as pessoas estão mais ociosas e dispõem de mais tempo para dialogar e conceder entrevistas, por outro, o pesquisador para se locomover até a residência das pessoas com quem deseja conversar, necessita ser transportado por um comunitário que possua canoa ou rabeta. Dificuldade prontamente superada, devido à forma prestativa com que os vários moradores se voluntariavam para fazer esta condução.

Quando as águas do rio estão recolhidas ao seu leito (estiagem), as pessoas possuem uma série de atividades rotineiras que precisam cumprir, antes que as águas inundem o solo comunitário novamente. Estas atividades vão desde a realização de plantio e sua rápida colheita à programação e preparação das festas que compõem o calendário de eventos da comunidade. Este contexto dinâmico não é propício para realização de entrevistas, pois as pessoas estão envolvidas em várias atividades e delas não querem e não podem se afastar. Nesta fase, é mais favorável a realização de observação participante.

A partir da proximidade entre a pesquisadora e os interlocutores foi possível observar, participar das atividades rotineiras e travar diálogos espontâneos sobre temas de interesse da pesquisa em andamento, durante por exemplo: de uma atividade recreativa, de um banho coletivo no rio ou da realização de uma fornada de farinha de mandioca na casa de farinha de uso coletivo. O exercício metodológico encetado propiciou averiguar o papel desempenhado pelas mulheres em diferentes períodos da história da comunidade Nossa Senhora das Graças. Visando cumprir com os fins propostos neste estudo, o trabalho de conclusão de curso foi estruturado conforme detalhado abaixo.

O capítulo um engloba a presente introdução, que retrata a entrada em contato com o tema e a inspiração para escrever sobre ele, bem como, evidencia as estratégias metodológicas adotadas na abordagem do assunto em tela.

No capítulo dois é realizada uma contextualização sobre a luta feminina por afirmação e visibilidade, com especial enfoque sobre o movimento feminista no Brasil, bem como a significativa atuação de mulheres no Baixo Amazonas paraense, cuja militância e envolvimento reverberou no fortalecimento do movimento quilombola na região.

No terceiro capítulo será detalhado o protagonismo da atuação das mulheres em Nossa Senhora das Graças em tempos pretéritos e na contemporaneidade. Para tanto, recorreu-se à

memória coletiva do grupo visando identificar personagens femininas de destaque na história de formação e coesão comunitária. Em tempos remotos buscou-se averiguar os espaços sociais ocupados por mulheres e o papel atribuído a elas na atualidade. Tais dados permitiram perceber continuidades e interrupções no processo de empoderamento feminino na comunidade.

Nas considerações finais, procurou-se evidenciar os dados relevantes com a finalidade de esclarecê-los e de ratificar a pertinência dos mesmos no cumprimento dos objetivos traçados neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo 2 – LUTA FEMININA POR AFIRMAÇÃO E VISIBILIDADE

Eu sou negra nagô no sangue, na raça e cor.

Quem foi que disse o negro não tem valor,

Que o negro não sente frio,

Que o negro não sente dor?

Música de Cleide do Arapemã.

2.1. Considerações gerais sobre a luta feminina por equidade de direitos

As pesquisas acadêmicas sobre gênero começaram a avançar quando estudiosos de orientação teórica marxista, tais como: BEAUVOIR (1949), DERRIDA (1981), HOOKS (1981), dentre outros, se dedicaram a refletir as bases materiais da opressão sobre as mulheres na sociedade. Enquanto o movimento feminista ainda não tinha adquirido uma relativa expressividade política no âmbito internacional, os textos marxistas que analisavam a condição feminina tendiam a considerar a opressão sobre as mulheres, priorizando o viés econômico. Segundo estas análises, a posição desvantajosa que as mulheres ocupam no mercado de trabalho, se explica pelo fato de que, tradicionalmente, cabe às mulheres a missão de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, prioritariamente (TOLEDO, 2003; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2018).

O movimento feminista contribui de forma exponencial para ampliar o leque de análise as mulheres em diferentes sociedades ao denunciar que existem outras formas de opressão, além da econômica. O preconceito e a discriminação permeiam as relações sociais, com a agravante de não atuarem isoladamente, mas em conexão, por exemplo, com questões de gênero, étnico-raciais e outras práticas que contribuem para aprofundar o processo de exclusão social de diversos coletivos e da mulher, em especial. Fundamentado na proposta de analisar e pensar a sociedade sob o prisma holístico, “o feminismo procurou em sua prática, enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 8).

É importante destacar que a luta feminina por equidade social é antiga, nos séculos iniciais da era cristã, há registros de insurreições e de descontentamentos de mulheres frente às opressões sofridas. Bravamente, elas denunciaram a flagrante desigualdade de tratamento existente entre homens e mulheres, bem como a sistemática opressão às quais estavam sujeitas. Alves e Pitanguy (2003) asseveram que no ano 195 D.C, um grupo de mulheres questionou o

senado romano por serem excluídas do acesso ao transporte público, que era reservado exclusivamente aos homens. Os autores registram também que papéis sociais importantes foram desenvolvidos por mulheres durante a Idade Média, apesar da sombria e rotineira acusação que pesava contra elas de práticas de bruxaria. A pena capital para as acusadas de serem bruxas era de terem seus corpos queimadas publicamente em fogueiras. A história aponta que milhares de mulheres foram submetidas a esta pena pelas acusações mais triviais imagináveis, com a finalidade de persuadi-las a manterem-se subservientes, dóceis e apegadas aos afazeres domésticos e, de ao mesmo tempo, sufocar e silenciar qualquer descontentamento feminino com a estrutura social que privilegiava os homens em detrimento das mulheres.

O movimento feminista, em seus diferentes recortes e fases, surge como resposta ao complexo patriarcal instituído, que privilegia homens e subjuga as mulheres. A denominada, primeira onda do feminismo está delimitada, em termos temporais, conforme HOOKS (2013), aos últimos anos do século XIX e início do século XX. Suas principais bandeiras de reivindicação se ativeram a eliminar os embaraços legais e sociais que impediam o sufrágio a mulheres e que cerceavam a igualdade de gênero. Em torno da reivindicação do direito ao voto uniram-se mulheres de vários países exigindo participação na vida política, haja vista, que o lugar reservado a elas era o lar e que a atitude aguardada era de passividade e submissão às ordens emanadas de maridos ou pais que as tutelavam. Outra reivindicação própria desta fase foi a luta pela abolição da escravidão e pela afirmação das mulheres negras como sujeitos dotados de direitos civis e políticos (DAVIS, 1944; RIBEIRO, 2017).

Neste contexto histórico, o discurso de uma abolicionista afro-americana, que assumiu o pseudônimo Sojourner Thuth a partir de 1843, foi perturbador por evidenciar as disparidades de tratamento dado às mulheres negras e as mulheres brancas. Sojourner Thuth era uma negra nascida no cativeiro, em Swartekill, Nova York, que tinha por nome de nascimento Isabella Baumfree. Em 1851, Sojourner Thuth, participou da Convenção dos Direitos Mulher, na cidade de Ahron, em Ohio, nos Estados Unidos. Lá ela apresentou um discurso histórico, intitulado, “E eu não sou uma mulher?”. Djamila Ribeiro, destacou este discurso, no livro: *O que é lugar de fala?*

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora de ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mais em torno de que é toda essa falação?

Aquele homem ali, diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar. E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem

para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quando um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam daquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (Uma pessoa da plateia, murmura: “intelecto”). É isso aí, meu bem. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se a minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar a minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não tem nada a ver com ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isso. É melhor que os homens não se metam. Obrigado por me ouvir e agora a velha, Sojourner não tem muito mais coisas para dizer”. (RIBEIRO, 2017, pp. 20-21).

A fala de Sojourner evidencia que todas as mulheres tinham como ponto comum o fato de estarem sujeitas à situação de desigualdade de direitos em relação aos homens. Por outro lado, ela denuncia que as mulheres negras eram duplamente afetadas, pois, além de não possuírem direitos de cidadania, também ficavam à mercê do preconceito e do desprezo social, que as privava de obter o mesmo tratamento cortês que era dispensado às mulheres brancas. Fica manifesto em suas palavras que, dentro do próprio movimento feminista, havia necessidade de romper com as barreiras impostas por questões étnico-raciais, pois somente assim seriam minimizadas as desigualdades entre as mulheres que militavam na causa.

A aderência a esta perspectiva provocou debates importantes sobre a necessidade de pensar criticamente a universalização da categoria mulher. Em substituição ao raciocínio universalista, buscou-se compreender o coletivo mulher alinhado às intersecções com raça, orientação sexual, identidade de gênero e classe. Provocando reflexões a respeito dos medos, anseios e particularidades que envolvem as mulheres brancas e as mulheres negras. Com a finalidade de ilustrar essa dada realidade, Carla Akotirene destaca que:

Enquanto as mulheres brancas têm medo que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que militar e confessionalmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco [...] (AKOTIRENE, 2018, p. 17).

A efervescência discursiva ganha força com a produção intelectual de diversas mulheres negras e brancas que contribuíram para ampliar o leque de debates e de reivindicações voltadas para a sexualidade, família e mercado de trabalho, à semelhança de Simone Beauvoir, com a

obra *O segundo sexo* (1949), e de Bell Hooks, com o livro *Eu não sou uma mulher?* (1981). A fase denominada segunda onda feminista buscou priorizar em sua pauta de reivindicações as demandas ligadas aos direitos reprodutivos e à sexualidade, destacadamente. Uma das estratégias adotadas pelas feministas, à época, foi sensibilizar as mulheres por meio de ações coletivas, visando favorecer reflexões que contribuíssem para o fortalecimento do empoderamento das mulheres, conforme Toledo (2003)

A terceira onda do feminismo começou no final da década de 1980 e início da década de 1990, e persiste até aos tempos hodiernos. O contexto histórico de cada país exige das organizações femininas a adesão a pautas específicas, visando superar situações de opressão ou de injustiça social. Mas, é possível agrupar as reivindicações deste movimento em quatro categorias, conforme Alves e Pitanguy (2003, p. 59): “sexualidade e violência; saúde; ideologia e formação profissional e mercado de trabalho”. No entanto, identifica-se, no interior do movimento feminista, forte oposição à atribuição de objetivos padronizados, tendo em vista a negação da existência de um movimento coletivo nos moldes das fases antecedentes.

Alinhado a esta forma de raciocinar, as feministas deste contexto passaram a ostentar estereótipos, condutas e símbolos da feminilidade que foram relegados a segundo plano ou menosprezados pelos coletivos partícipes das fases pretéritas do movimento feminista. A liberdade individual de cada mulher ocupou lugar de centralidade nas ações: o batom, saltos e sutiãs voltaram a ocupar posição de destaque, tendo em vista que há mulheres que os valorizam e os apreciam e que, portanto, elas devem se sentirem livres para usá-los, se assim o desejarem.

Outra estratégia adotada foi a tentativa de apropriação e de atribuição de significados positivos para termos pejorativos que, em geral, são impostos às mulheres sempre que a intenção é constranger, discriminar ou adjetivá-las negativamente. Um exemplo a ser citado é a palavra vadia, designação pejorativa objetivando frear e censurar os comportamentos femininos que não se enquadram no padrão previsto socialmente para ser seguido por mulheres. O movimento feminista equipara a palavra vadia à liberdade para expressar que cada mulher é livre para assumir o comportamento que quiser, ao mesmo tempo em que busca chocar a sociedade assumindo-se como vadia. As variadas versões do movimento feminista foram e são de fundamental importância no fortalecimento do processo de emancipação de mulheres inseridas em contextos sociais diversos, (TOLEDO, 2003).

Estudos recentes realizados pelo sociólogo camaronês Achille Mbembe têm instigado debates em diferentes países sobre a atuação dos Estados modernos. Segundo Mbembe (2001), o conceito de biopoder, formulado por Michel Foucault é insuficiente para descrever e analisar a permanência de terror gerado pelas milícias urbanas, exércitos privados e aparelhos do Estado

que tem matado e violentado a população negra, em especial. As reflexões trazidas por este teórico dão conta de que a violência direcionada a este coletivo não é uma situação de excepcionalidade, mas que existe um projeto de Estado em execução visando exterminar as populações racializadas. A este *modus operandi* Mbembe chama de necropolítica, ou seja uma política geradora de mortes e extermínios em massa de pessoas as quais o Estado concebe como desnecessárias e facilmente substituíveis.

Ao analisarmos a história do Brasil à luz do conceito analítico necropolítica, percebe-se claramente o quanto as ações oficiais do Estado foram direcionadas a exterminar povos nativos (índios) e negros, trazidos na condição de escravos na primeira metade do século XVI e libertos pela Lei Áurea em 1888, mas deixados à própria sorte, sem nenhuma garantia de acesso à educação, à terra para morar e trabalhar e nem de serem inseridos no mercado de trabalho.

Tal situação de subalternidade e opressão à qual foi submetida a população negra gerou no médico e escritor Afrânio Peixoto a expectativa de que no prazo de cem ou no máximo em trezentos anos “levaremos para mudar a alma e alvejar a pele, e se não-brancos, ao menos disfarçados, perderemos o caráter mestiço” (*apud* Nascimento, 1978, p. 73). Nesse discurso, Abdias (1978) ressalta o desejo iminente de branquear o povo brasileiro a qualquer custo, ainda que seja por meio da promoção do genocídio de negro agenciado pelo Estado, na condição de implementador da necropolítica, conforme destaca Mbembe (2003).

2.2. Protagonismo feminino no movimento negro do Baixo Amazonas Paraense

Na região do Baixo Amazonas a participação feminina no movimento negro é expressiva. As mulheres são movidas pela necessidade de provocar o poder público, em suas diferentes esferas, para implementar ações que garantam acesso a direitos básicos na área da saúde e da educação, além de concretizar o direito assegurado na Constituição Federal de 1988 de terem as terras que tradicionalmente ocupam tituladas em nome das associações que representam as populações remanescentes das comunidades de quilombos. Apesar da atuação feminina, a figura masculina é destacada com maior intensidade, realidade que pode ser percebida na composição das diretorias das associações quilombolas, compostas majoritariamente por homens, e na parca literatura dedicada aos negros na história paraenses (SALLES, 2005; 2015; MONTEIRO, 2005; AZEVEDO, 2002). Tal fato decorre da cultura machista que perpassa todas os espaços sociais, inclusive os movimentos libertários como o próprio movimento negro.

Afirmam Alves e Pitanguy (2003, p. 10) que “a mulher tem sido uma parte silenciosa da memória social, ausente dos manuais escolares e dos registros históricos”. Quando à categoria analítica mulher somam-se condicionantes como raça e pobreza, além do fato de residir na região norte do Brasil, potencializa-se a probabilidade deste coletivo ser alvo de preconceito, discriminação social e de silenciamentos. Mas, as mulheres têm exercido papel de liderança nas comunidades que residem, sua habilidade para liderar extrapola o ambiente comunitário, se dimensiona para a sede municipal e para a esfera regional. O ambiente, antes concebido para ser ocupado apenas por homens, passa a ser partilhado por mulheres, que através de sua atuação fortalecem a luta por direitos que beneficiam toda a coletividade.

A partir de 1988, com a previsão constitucional de emissão de título de domínio de caráter coletivo, com cláusulas de impenhorabilidade, imprescritibilidade e inalienabilidade às associações representativas das famílias residentes em comunidade quilombolas, iniciou-se um processo de preparação de estudos pelo INCRA nestas comunidades, objetivando a elaboração de relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTID).

A implementação da política de titulação de comunidades quilombolas tem fomentado a elaboração de relatórios antropológicos, mapas, memórias descritivos, levantamentos fundiários e relatórios agroambientais sobre as comunidades que requerem, junto ao Incra, a titulação das terras que ocupam. Tais estudos, além de servirem para fins de implementação de políticas públicas, contribuem para formação de um acervo sobre a história da escravidão no Baixo Amazonas, sobre as lutas travadas pela população negra e para propiciar visibilidade ao modo de viver e cultura específica deste coletivo que vive nas regiões de várzea e de terra firme.

Da leitura dos relatórios antropológicos é possível ratificar o protagonismo feminino perpassando gerações nas comunidades quilombolas. As mulheres, lado a lado aos homens, e muitas vezes na dianteira do processo, têm envidado esforços para mudar a dura realidade pela qual têm passado as famílias quilombolas que residem no ambiente rural de várzea ou terra firme e, também, no único quilombo urbano titulado do Estado Pará, localizado no Bairro Pérola do Maicá, município de Santarém.

Uma destas mulheres, Maria Valentina, viveu durante o século XIX, seu nome tornou-se fonte de inspiração para homens e mulheres quilombolas que lutam pela titulação das terras que ocupam. O relatório antropológico do território quilombola Maria Valentina, formado pelas comunidades Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui e São Raimundo a descreve como “valente e braba como os insurgentes cabanos” (INCRA, 2011, p.37). Além de dar nome a esse território quilombola localizado na várzea do município de Santarém, a figura desta mulher energiza a luta por titulação das comunidades remanescentes de quilombos da região, que se

irmanam pelo sentimento de cuidar e proteger o lugar vivido, por eles concebido como “espaço cultural de identificação ou de pertencimento” (MEDEIROS, 2009, p. 217), ou seja, o território reivindicado para ser titulado em favor dos remanescentes de quilombos em consonância com as territorialidades estabelecidas.

Conforme os estudos contidos no processo administrativo de regularização fundiária quilombola, sob o número 54501.007690/2007-91, que se encontra no Incra de Santarém/PA, Maria Valentina foi escrava durante a infância. Em consonância com o levantamento genealógico realizado, seu nascimento ocorreu entre os anos de 1860 a 1865, sendo ela contemporânea da chegada dos confederados ao Baixo Amazonas, que para a região vieram após a guerra civil norte-americana. Maria Valentina é sinônimo de coragem e cuidado com o meio ambiente, dada a bravura com a qual o defendia. É com estas referências que ela é lembrada entre os moradores do território quilombola que possui seu nome, como afirma uma neta de Valentina, moradora da área, conhecida por Tia Gó:

A veia era braba, vivia só, em seu terreno tinha cacau, tinha muitas plantações, muitas árvores frutíferas, mas quando o pessoal (de fora) entrava, tirava fruta sem pedir permissão ela punha a espingarda no ombro e ia ver quem é que andava por lá e colocava todo mundo para correr. (INCRA, 2011, p. 68).

O mesmo espírito de cuidado e proteção do ambiente é partilhado pelas lideranças atuais das comunidades de várzea do Ituqui que formam o território Maria Valentina. Entre eles, o ato de narrar o passado e rememorar as origens da comunidade assume o significado de manter a unidade do grupo, de reforçar a crença na origem comum e de reafirmar os critérios de pertencimento ancorado na ancestralidade com Maria Valentina, sendo reservado a ela o papel de matriarca do grupo que luta pela titulação definitiva do território.

Guiadas por Maria Valentina, as mulheres que assumem a identidade quilombola têm participado ativamente da luta em torno da titulação e da implementação de outras políticas públicas imprescindíveis para as comunidades onde moram. A partir de contatos estabelecidos com dez líderes de associações quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos, Oriximiná e Alenquer, durante o mês de março de 2019, foi solicitada a indicação de nomes de mulheres que contribuíram de forma ímpar para o fortalecimento do movimento negro no Baixo Amazonas, uma variedade de nomes surgiu: Ana Cleide da Cruz Vasconcelos (moradora do quilombo Arapemã, em Santarém); Idaliana Marinho Azevedo (residente na cidade de Óbidos); Ivone Carvalho de Jesus (moradora do quilombo Saracura, em Santarém); Maria da Cruz de

Assis (residente no quilombo Pacoval, em Alenquer), Verinha (mora na comunidade Cuecé, em Óbidos).

Aliada a esta estratégia de identificação de nome de mulheres pelas lideranças quilombolas, foi realizada uma pesquisa em fontes secundárias com o objetivo de averiguar o que já havia sido escrito ou divulgado na internet sobre a atuação das mulheres negras nas comunidades. Como fruto desta busca foram identificados alguns vídeos que evidenciam o protagonismo feminino no movimento negro da região. Vários destes vídeos foram produzidos no contexto da execução do projeto “Dandaras Amazônicas”, conduzido pelo Grupo de Mulheres na Raça e na Cor, do qual a senhora Ana Cleide da Cruz Vasconcelos é coordenadora.

O objetivo central do projeto “Dandaras Amazônicas” é a realização de visitas às comunidades quilombolas com a finalidade averiguar a participação feminina nas lutas comunitárias e ao mesmo tempo adotar estratégias que contribuam para a inserção das mulheres nos espaços de socialização nas comunidades: associações comunitárias, igreja, grupos etários e de recreação, além das entidades de alcance municipal. Nos vídeos é dada ênfase à fala de diversas lideranças femininas de diferentes comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, dentre as quais destacar-se-á algumas.

A primeira delas, é Ivone Carvalho de Jesus, moradora da comunidade Saracura, no município de Santarém. Em seu relato, lembra que iniciou sua participação no movimento negro como cozinheira voluntária, sendo responsável por preparar as refeições que seriam distribuídas durante os encontros que eram realizados. Rememora, que estava presente desde a fase de debates que alertavam sobre a necessidade de criação de uma federação que congregasse todas as associações comunitárias quilombolas do município de Santarém. Com brilho no olhar, orgulha-se de compor o grupo que pensou e efetivou a criação da Federação das Comunidades Quilombolas de Santarém (FOQS), fundada em 10 de março de 2006, cuja missão central é lutar pela regularização fundiária quilombola e implantação de políticas públicas voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos de Santarém.

Ivone foi a primeira mulher a presidir a FOQS, e seu mandato durou dois anos. Ela justifica seu afastamento da diretoria da federação devido à pouca leitura que possui. Pensa que este espaço deve ser ocupado, também, pelos mais jovens que possuem mais tempo de escolarização. Após findar seu mandato, outras mulheres ocuparam o cargo: Renata e Ana Cleide. Enfatiza, ainda, que já participou de muitos encontros de mulheres em municípios próximos à capital do Estado e no Baixo Amazonas e que a participação nestes eventos foi determinante para o seu fortalecimento como liderança feminina, asseverando que “não é preciso só os homens lutarem, não. As mulheres precisam se organizar para entrar para a luta”,

e que os encontros de mulheres são fundamentais neste processo de formação e fortalecimento de lideranças femininas.

Outras mulheres evidenciadas nos vídeos produzidos pelo projeto foram: Eliana dos Santos Oliveira, moradora da comunidade Patos do Ituqui; Jorlene da Silva Costa, da comunidade quilombola Bom Jardim, Lídia Roberta do quilombo urbano Maicá. Além de Cássia Rodrigues da comunidade Peafu (município de Prainha) e Agda Vasconcelos, educadora e militante do *grupo de mulheres na raça e na cor*. A entonação da voz e os relatos verbalizados por estas mulheres nos levam a refletir sobre a necessidade de serem desenvolvidas pesquisas mais aprofundadas que tematizem o engajamento e participação das mulheres no movimento negro no Baixo Amazonas. A intensificação de estudos sobre o tema em destaque, certamente contribuirá para superar a forma modesta como as mulheres têm sido retratadas ao longo história da humanidade. Corroborando esta análise, Joan Scott (1992, p. 81-83) alerta para necessidade de superar a preferência dispensada por historiadores à “história do homem” em detrimento da “história da mulher”. Assim, acredita-se que a realização de estudos acadêmicos sobre o protagonismo feminino nos diferentes espaços socioeconômicos contribuirá para superar a realidade descrita por Scott.

Limitações impostas pelo curto período de tempo para elaborar o presente Trabalho de Conclusão de Curso e a ausência de recursos financeiros para ampliar e englobar um número maior de mulheres, que reconhecidamente dedicaram grande parte de sua existência na atuação em causas coletivas, contribuindo assim, para fortalecer o movimento negro na região, nos faz reconhecer o pouco alcance desta pesquisa em evidenciar personagens do passado, que militaram, e do presente, que militam em prol de dias melhores para a população negra local. Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de serem realizadas pesquisas abordando este público e tema. É imperativo fazer justiça a estas mulheres e enfocá-las em pesquisas vindouras, como forma de amenizar a situação de invisibilidade social que paira sobre este coletivo. Neste contexto de limitações será destacada a militância de Ana Cleide da Cruz Vasconcelos, moradora da comunidade de várzea Arapemã, localizada no município de Santarém e de Idaliana Marinho Azevedo, professora, integrante da prelazia de Óbidos e reconhecida incentivadora da organização social das comunidades negras do Baixo Amazonas.

Ambas são prestigiadas e reconhecidas pelas lideranças quilombolas, devido ao persistente trabalho que desenvolvem de fomentar a participação de homens e mulheres negras na luta coletiva em prol da efetivação de políticas públicas para as comunidades quilombolas da região.

2.2.1. Ana Cleide da Cruz Vasconcelos (comunidade Arapemã, Santarém/Pa)

Cleide do Arapemã, como é conhecida, nasceu em 13 de agosto de 1962 no quilombo Arapemã, local onde, também, nasceram seus pais. Cleide permaneceu no quilombo desde sua infância, lá estudou até ao ensino fundamental. Justifica haver parado seus estudos nesta modalidade de ensino devido à ausência de oferta do ensino médio na comunidade. Lá também constituiu família e criou os filhos, hoje todos adultos.

Sua participação no movimento negro se intensificou a partir de 2004, foi personagem importante na mobilização e realização de reuniões e debates que antecederam a fundação da FOQS no ano de 2006. Cleide já exerceu mandato de presidente da Federação Quilombola de Santarém e na atualidade faz parte da sua diretoria. Sua vocação artística de cantora e compositora a coloca em posição de destaque nos encontros dos quais participa, pois figura sempre como animadora e cantora. Ela é a pessoa que motiva, anima, integra e espanta a monotonia desses eventos.

A liderança de Cleide se estende a todas as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas. Seu esforço para unificar a luta feminina por maior participação nas posições de comando nas comunidades em que estão inseridas é percebido por todos que militam no movimento quilombola do Baixo Amazonas. As mulheres que residem em Nossa Senhora das Graças são frequentemente animadas e incentivadas por Cleide para se engajarem nas associações, grupos comunitários e nos eventos regionais que ocorrem anualmente na região.

A despeito de sua atuação regional, as ações de Cleide são mais frequentes no município de Santarém, na qualidade de integrante do *grupo de mulheres na raça e na cor*, ela destaca algumas conquistas do movimento negro santareno: indicação de representantes para compor o conselho municipal de saúde e participação na coordenação de educação e diversidade etnoracial do município de Santarém.

Outras ações que considera importantes e que atribui à organização e à atuação conjunta do movimento quilombola do Baixo Amazonas é a implantação de escolas nas comunidades quilombolas e a formulação de um processo seletivo especial para candidatas quilombolas que desejam ingressar nos cursos oferecidos pela Universidade Federal do Oeste de Pará (UFOPA). Em conformidade com as regras estabelecidas, neste processo seletivo a concorrência às vagas ofertadas ocorre somente entre candidatas, que comprovadamente, são oriundas de comunidades quilombolas.

Em relação às questões de gênero, ressalta a necessidade de serem empreendidas ações que favoreçam a participação das mulheres nos encontros, no cotidiano da vida comunitária e

nas associações locais. Pois, o machismo ainda é forte nas comunidades rurais ao ponto de cercar a atuação das mulheres, tendo em vista que sobre elas, ainda pesa majoritariamente, as tarefas de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Impedindo-as de disponibilizar tempo para uma atuação mais regular e persistente no movimento quilombola.

Ao identificar o machismo como um entrave a ser superado para que as mulheres tenham uma participação mais efetiva no movimento quilombola, Cleide faz uma leitura da realidade que se alinha à produção teórica que tem tratado sobre esta temática, Davis (2016, p. 244), por exemplo, aponta que: “a abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina”. Um caminho longo e espinhoso a ser percorrido para alcançar a emancipação feminina, mas, que nenhuma mulher deve se furtar de nele começar a trilhar, pois esta é uma via possível de rompimento das amarras que subjagam as mulheres nos diferentes continentes.

As atitudes sexistas têm sido apontadas por estudiosos (AKOTIRENE, 2018; RIBEIRO, 2017) como as principais responsáveis pela secundarização do trabalho intelectual das mulheres; por inibir a sua participação ativa nos movimentos sociais, nos grupos de socialização e nas associações criadas com a finalidade de habilitar as comunidades quilombolas a receberem políticas públicas endereçadas especificamente para este coletivo.

A fala de Cleide alerta para a necessidade de ser exercida vigilância sobre o contexto social no qual estamos imersos, objetivando escapar das armadilhas impostas pelo sistema socioeconômico, que possui viés patriarcal e racista, e que atinge indistintamente a todos os grupos sociais. À luz desta realidade, é imperativo que diariamente sejam empreendidas, por homens e mulheres, atitudes que contribuam para descolonizar mentes que foram aprisionadas ao longo do processo de socialização e sociabilidade da qual participaram. Um exercício necessário a todos que idealizam e que lutam por uma sociedade mais igualitária, justa, fraterna e solidária.

2.2.2. Idaliana Marinho Azevedo (Óbidos)

Idaliana nasceu no interior do município de Óbidos em 19 de março de 1936. Seus pais (Neuza e Pedro), convictos da necessidade de propiciar acesso à educação formal à prole, mudaram-se da zona rural e foram morar na cidade de Óbidos durante a infância dos filhos. Na sede municipal, Idaliana dedicou-se aos estudos e aos 15 anos começou a atuar como auxiliar de professora na educação infantil, seguindo rapidamente à condição de titular na docência.

Desde então, manteve vínculo com a educação e com as atividades da prelazia de Óbidos. Participou ativamente da fundação da Associação Cultural de Óbidos e do Museu local.

Idaliana possui uma biografia alinhada à organização e fortalecimento do movimento negro no Baixo Amazonas. A partir de seus incentivos foram surgindo as primeiras associações municipais que congregam as diferentes associações formadas nas comunidades quilombolas da região. A primeira delas foi a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), fundada em julho de 1989. Posteriormente, em 1997, nasce a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB), ambas voltadas para representar as comunidades quilombolas em todas as suas demandas junto aos órgãos governamentais e/ou outras agências.

Em 2002, a professora Idaliana lança o livro *Puxirum*, que faz alusão ao processo de ocupação inicial de algumas comunidades negras estabelecidas no Baixo Amazonas, que na atualidade reclamam para si a identidade quilombola para auferir direitos garantidos constitucionalmente, principalmente referentes à titulação de terras. Nesse trabalho, elaborado a partir da história oral, lideranças foram convidadas a relatar suas memórias sobre o ambiente, sobre os primeiros moradores que iniciaram o processo de ocupação do espaço e a narrar a vinculação de seus ancestrais com o regime escravista que vigorou em todo o território nacional.

O trabalho de pesquisa conduzido por Idaliana ratificou o que as comunidades negras pressentiam, mas que ainda não podiam confirmar, devido às distâncias geográficas instituídas e as poucas oportunidades de socialização conjunta entre estas comunidades. Com “*O Puxirum*”, é aguçado o sentimento de possuir uma origem comum, cuja ancestralidade remonta aos diferentes povos oriundos do continente africano, que foram trazidos para o Baixo Amazonas na condição de escravos para trabalhar nas fazendas de cacau, na construção dos fortes militares e em outros trabalhos próprios do período colonial.

Idaliana foi a principal articuladora e incentivadora de encontros entre as comunidades negras, que ansiavam por encontrar parentes dispersos em diferentes comunidades do Baixo Amazonas. O mais significativo destes encontros ocorreu no quilombo Pacoval, município de Alenquer, no ano de 1988, denominado “1º Encontro de Raízes Negras”. Durante o encontro debateu-se sobre a necessidade de serem criadas associações formais que unificassem a luta das comunidades negras a nível municipal, como resultado destas reflexões, foram fundadas associações municipais em Oriximiná (ARQMO, em 1989), em Óbidos (ARQMOB, em 1997) e, posteriormente, em Santarém (FOQS, em 2006). Estas organizações são responsáveis pela unificação das reivindicações, antes dispersas nas diferentes comunidades quilombolas em cada município.

O nascimento de todas estas entidades está vinculado aos encontros de raízes negras que se sucederam ao primeiro ocorrido em Pacoval. Em 2018 aconteceu a 11ª versão do “Encontro de Raízes Negras”, novamente em Pacoval, ou seja, 30 anos após o primeiro encontro. Constou na programação oficial uma homenagem à professora Idaliana Marinho de Azevedo: foi confeccionada uma camiseta contendo sua fotografia, nome e o título honorário de “Mãe do Movimento Negro do Baixo Amazonas”.

Um reconhecimento em vida à mulher que dedica sua existência à educação, ao serviço religioso, ao registro escrito da presença negra na região e a contribuir no processo de organização social das comunidades quilombolas. Sua preocupação em coletar informações sobre a escravidão em Óbidos foi muito além daquilo que já havia sido registrado em livros. Ela percorreu todas as comunidades onde a presença negra era marcante, lá entrevistava homens e mulheres idosos que detinham na memória os relatos sobre os sofrimentos vividos por seus antepassados durante a vigência do regime escravista e após a abolição da escravatura.

O legado deixado por Idalina é grandioso, pois rompe com a situação de anonimato e invisibilidade no qual estavam imersas as comunidades negras do Baixo Amazonas. Ademais, sua atuação animou o processo de etnogênese⁴ destes grupos que passaram a evidenciar sua ancestralidade e se perceber como portadores de direitos exclusivos para fins de acesso a políticas públicas específicas, que ecoa nas lutas travadas na região em torno da titulação imediata das terras ocupadas por comunidades quilombolas.

2.2.3. Outras personagens, muitos relatos

A luta feminina por afirmação e visibilidade é árdua e desafia acadêmicos e pesquisadores que se interessam por temáticas que envolvem questões de gênero, raça e etnia a produzirem estudos que contribuam para ratificar as mulheres negras como sujeitos históricos que diariamente enfrentam situações de violência, preconceito e discriminação. Pautar as mulheres negras em pesquisas é contribuir no processo de fortalecimento e afirmação deste coletivo, rompendo com a tradição de invisibilidade que ainda as aflige e as condena ao anonimato.

⁴ De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho, o conceito de “etnogênese abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas” (Oliveira 1998, p. 53). Depreende-se, que a formação de etnogêneses é um processo que acompanha a história da humanidade, mas, que por sua vez, foi impulsionado pela dinâmica de formação e expansão dos Estados Modernos, em suas diferentes tipologias e modelos econômicos que adotam.

A partir dos relatórios antropológicos produzidos com a finalidade de promover a regularização fundiária quilombola no Baixo Amazonas, sob a incumbência do Inbra de Santarém, é possível encontrar diversos relatos que apontam para importância do protagonismo feminino nas reivindicações encampadas pelas comunidades quilombolas. As mulheres estão presentes nos afazeres domésticos, pescarias, caças, na plantação e colheita das roças, na criação de grandes e pequenos animais, nos trabalhos comunitários, na igreja, nas escolas, nas associações locais, municipais e regionais. Ou seja, sua presença permeia todos os espaços socioculturais existentes.

Nominar uma ou outra personagem é assumir o risco de omitir nomes de pessoas que tem se dedicado à luta por melhores dias para as comunidades negras. Elas são muitas, produzir estudos sobre mulheres negras, além de gratificante, propicia a sensação de estar contribuindo para que a história lhes dê a devida importância e tratamento. Sinto-me em débito com diversas mulheres negras com as quais tenho interagido desde 2006, quando passei a trabalhar como extensionista rural na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PA), prestando assistência técnica para comunidades rurais na região do oeste paraense. E, partir de 2013 até a atualidade, quando passei a me dedicar especificamente à regularização fundiária quilombola no Inbra de Santarém, na qualidade de servidora pública.

Os treze anos dedicados ao contato direto com mulheres que moram no meio rural, em virtude de atividades laborais, possibilitaram-me adentrar no cotidiano deste público e imergir tanto em seus saberes, quanto em verdadeiras táticas de superação de adversidades, desde aquelas acionadas para sair de uma relação familiar violenta e abusiva até aquelas voltadas a superar situações de extrema pobreza que, na atualidade, afetam 26,5% dos brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em dezembro de 2018.

Desta constatação, surge a consciência da incompletude desta pesquisa. A título de ilustração, uma mulher que eu adoraria ter tido a oportunidade de aprofundar estudos sobre ela, é a professora quilombola, atualmente aposentada, Maria da Cruz de Assis (Cruizinha), que reside no quilombo Pacoval, em Alenquer, pois sua atuação profissional e biografia se confundem com o histórico da organização e fortalecimento do movimento quilombola no Baixo Amazonas.

Sempre que a ouço falar nos encontros de raízes negras ou na semana da consciência negra, entro em contato com relatos sobre o início do processo organizativo das comunidades, sobre as lutas das quais participou, em prol da implementação de políticas públicas essenciais na promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades quilombolas, tais como:

escolas, postos de saúde, serviço de energia elétrica, água encanada e a titulação das terras tradicionalmente ocupadas pelas remanescentes de quilombos.

Durante o trabalho de pesquisa de campo, envidei esforços no sentido de conseguir entrevistar Cruizinha. Em 2018, cheguei a ficar hospedada em sua casa por quatro dias, no quilombo Pacoval. Mas, o universo não conspirou a favor, por infelicidade, ela estava ausente da comunidade para resolver assuntos pessoais na cidade de Alenquer, tornando inviável o encontro. Após esta incursão, outras tentativas foram feitas, mas todas fracassaram. Registro a dívida, na esperança de poder saná-la em breve, por meio da produção de outros trabalhos acadêmicos.

Saindo de Santarém e subindo o rio Amazonas até Óbidos e Oriximiná encontraremos com diversas outras mulheres: Cátia Lúcia Azevedo de Azevedo e as mulheres da folia de Santa Maria (quilombo Nossa Senhora das Graças); Cleuzimar de Sousa Matos (quilombo Peruana); Catarina Soares Franco (quilombo Arapucu); Josiane Correa Lopes (quilombo Patauá do Umirizal) Wanderly de Aquino Andrade (quilombo Muratubinha); Verinha (quilombo Cuecé) Adriene Silvério (quilombo Alto Trombetas I); Elielma de Jesus Pires (quilombo Alto Trombetas II). Somadas a estas há miríades de Marias, Joanas, Osvaldinas, Josefas, Idalianas, Idarinas, Mirucas e Nazarés, que cotidianamente se somam à luta por melhores dias para a população negra. O caminho está indicado aos que desejarem se lançar a pesquisar este universo de mulheres do Baixo Amazonas.

A antropologia exerce um papel significativo na promoção destes estudos, principalmente no contexto de diversidade cultural existente na Amazônia. Paul Little realça esta importância, ao destacar o valor do desenvolvimento de pesquisas antropológicas, haja vista, que elas geralmente se voltam para estudar temas diversos sobre vivências e cotidianos de “grupos – indígenas; quilombolas; agroextrativistas; ribeirinhos; favelados” e especificam suas demandas particulares, propiciando “visibilidade a esses grupos marginalizados” (LITTLE 2006, p. 92).

Capítulo 3 – PROTAGONISMO FEMININO EM NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

3.1. O protagonismo das mulheres ancestrais da comunidade

Nossa Senhora das Graças apresenta particularidades em sua história que despertam a curiosidade dos que se interessam em estudar sobre o protagonismo feminino em uma comunidade negra. Os relatos orais sobre o processo de formação da comunidade são fascinantes, neles há uma preponderância em destacar a figura feminina em detrimento da masculina. Esta lógica contraria a forma tradicional de se conceber e narrar os fatos históricos, nos quais o masculino é destacado e à mulher é reservado um lugar secundário. Nos relatos historiográficos oficiais, há inclusive contextos em que se observa um completo silêncio em relação à força e poder das mulheres para intervir na realidade e modificá-la em favor dos coletivos aos quais elas integram.

Em sentido oposto à lógica narrativa da história tradicional, os ocupantes atuais de Nossa Senhora das Graças atribuem a origem do povoamento na comunidade à senhora Martinha Pinheiro de Azevedo, que veio morar no território, por volta de 1808, ainda jovem. Segundo os relatos, Martinha serviu como escrava nas fazendas de cacau e cria que existiam em grande quantidade no Baixo Amazonas, principalmente nas “freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Faro, seguindo Santarém”, em consonância com os estudos realizados por Azevedo e Castro (1993, p. 13).

De posse de sua liberdade, uma década antes da abolição da escravidão, que ocorreu em 1888, Martinha veio habitar no local que batizou de Santa Maria devido à sua devoção à santa de mesmo nome. Local esse que na atualidade denomina-se Nossa Senhora das Graças e se constitui no *locus* desta pesquisa.

A matriarca da comunidade se perpetuou na memória das pessoas de dentro e de fora do ambiente em que viveu como a mulher que conduzia os atos religiosos, que era responsável pela organização ritual das festas, nas quais as apresentações de marambiré eram indispensáveis e também como a pessoa que possuía o poder de conceder autorização para que outros negros ocupassem terras sobre as quais ela exercia o domínio, como assevera Azevedo (2002), que no contexto de produção do livro *Puxirum*, entrevistou em 17 de março de 1988 o senhor Raimundo Pereira Ribeiro, conhecido como Di Polo (1874-1989).

Di Polo viveu por mais de cem anos, foi entrevistado por Idaliana um ano antes de falecer. A partir de suas narrativas orais, é possível conhecer a gênese do processo de povoamento da Área das Cabeceiras e da região do Paraná de Baixo, tendo em vista, que em

sua memória estava registrada os acontecimentos dos quais tomou ciência por ouvir seus antepassados narrarem as agruras sobre as fugas e sobre o cotidiano das amarras da escravidão. Martinha ocupa um lugar de destaque no processo de povoamento do Paraná de Baixo, assim Di Polo se reporta a ela:

Era um terreno da finada de nome Martinha. O marido dela era o Inácio. Era a mãe do João Douce, Manoel, Antônia, Maria Inácia. Era uma família grande. Tinha mulher e homem. O terreno era dela. Ela então deu para minha mãe fazer casa lá perto. Minha mãe não gostava e fuxico. Ela estava lá na casa do João Ribeiro como escrava. (AZEVEDO, 2002, p. 106).

Martinha é reconhecida pelos comunitários vizinhos como, também, detentora de poderes fundiários, rompendo com o hábito de conceber as mulheres como frágeis e dependentes dos maridos. Muito provavelmente, o registro feito no livro *Puxirum* sobre ela, seja a única referência escrita sobre esta mulher, haja vista, a escassez de documentos impressos sobre a escravidão no Baixo Amazonas e sobre as comunidades negras atuais. A escassez de estudos se torna mais abissal, ainda quando se trata de evidenciar a figura feminina.

Ante a realidade de haver poucas pesquisas sobre estes coletivos, é de suma importância animar processos que facilitem o acesso à história oral como forma de divulgar saberes, modos de viver, as lutas diárias e os anseios destes grupos. O registro desta cultura permeada pela oralidade, torna-se possível a partir de relações de confiança estabelecidas entre os agentes envolvidos. Nessas relações, o pesquisador necessita se instrumentalizar e mostrar a disposição prévia para “apreender” com as experiências “bem-sucedidas” de estudiosos que se dedicaram a “nos ensinar como fazer antropologia”, conforme alerta Evans-Pritchard (1978, p. 81).

Outra personagem ancestral, também acionada pela memória dos entrevistados é Maria Botóia, filha de Martinha. Botóia é descrita como uma pessoa alegre, que gostava de fazer festas; afirma a comunitária Josefa Azevedo em entrevista concedida durante os trabalhos de campo: “ela organizava tudo, varria o chão que ficava aquele piso batidinho. Quando estava tudo pronto, ela se arrumava. Vestia uma saiona e era a mais animada da festa, ela cantava e dançava que chega a poeira subia”.⁵

Após o falecimento de Martinha, coube a Maria Botóia o papel de líder comunitária, mas sua atuação mais marcante girava em torno das questões ligadas à religiosidade, aos rituais e as festas. Por tais afinidades, a imagem dela é sempre lembrada nos eventos socioculturais que ocorrem atualmente em Nossa Senhora das Graças. Martinha e Botóia estão presentes nas

⁵ Josefa Azevedo: entrevista concedida em outubro de 2018

recordações de todos os comunitários, sendo diversos os relatos repassados de geração em geração sobre seus feitos. Dentre eles está a íntima ligação que possuem com a folia de Santa Maria, que é um ritual religioso tradicional desta comunidade, cujas origens são atribuídas a ambas.

A peculiaridade de Nossa Senhora das Graças, de privilegiar o feminino em detrimento do masculino é exemplificada em variados episódios que referendam o fato da matriarca da comunidade ser uma mulher. Dos cônjuges de Martinha Pinheiro de Azevedo e Maria Botóia, que também passou a comandar a folia de Santa Maria após a morte da primeira, pouco se houve falar. Na verdade, segundo relatado, elas eram pessoas de força e brilho intensos que ofuscava os que estavam em sua volta.

3.2. As folias no contexto cultural amazônico

A Amazônia, enaltecida mundialmente por sua exuberante biodiversidade é, também, um espaço que acolhe povos de diferentes culturas, cujo processo de interação foi intensificado após a implantação do sistema colonial na região. Do intercâmbio nada harmônico entre os povos nativos, os colonizadores europeus e os povos africanos trazidos na condição de escravos surgiram culturas que comungam traços uns dos outros. Mas, a posição social desvantajosa ocupada por índios e negros foi determinante para que seus modos de viver fossem fortemente afetados e modificados, por serem obrigados a negar sua cultura e a aderir aos padrões culturais e à religião dos brancos colonizadores. Laura Souza analisa o entrelaçamento de costumes sob a seguinte perspectiva:

Na Amazônia o contexto colonial facilitou a fusão de mitos e tradições europeias seculares ao universo cultural dos africanos, produzindo seres e credos híbridos. Dessa forma, a religiosidade popular que se constituiu na colônia escravista estava, desde o seu início, marcada por esse caráter colonial, e fadada ao sincretismo religioso. (SOUZA, 1995, p. 85).

O processo descrito por Souza é complexo. Aos negros e índios restou a adoção de estratégias que contribuíssem para minorar os castigos aos quais estavam sujeitos por não assimilarem instantaneamente a cultura branca, ao mesmo tempo que buscavam realçavam suas práticas culturais nativas sempre que não estivessem sob o olhar severo do colonizador. Gilberto Freire (2003), na obra *Casa Grande e Senzala*, defende a ideia de uma relação mais atenuada entre os povos responsáveis por formar a identidade cultural brasileira. Seus relatos apontam para um processo interativo de assimilação mútua, um dos trechos da obra relata o

papel ativo das negras velhas contadoras de histórias, que ao fazê-lo modificavam as histórias portuguesas, acrescentando a elas os heróis, mitos e lendas africanas e indígenas.

Novos medos trazidos da África ou assimilado dos índios pelos colonos brancos e pelos negros, juntaram-se aos portugueses da côca, do papão, do lobisomem; ao dos olharapos, da cocaloba, da farranca, da Maria-da-Manta, do trangomango, do homem-das-sete-dentaduras, das almas penadas. E o menino brasileiro dos tempos coloniais, viu-se rodeado dos maiores e mais terríveis mal-assombrados que todos os meninos do mundo. [...] (FREIRE, 2003, p. 411).

Em qualquer processo de interação, as pessoas que dele participam são em maior ou menor grau afetadas, e, como consequência, têm comportamentos, crenças e culturas modificadas, haja vista, o processo dinâmico de influência mútua que se estabelece entre os povos de diferentes continentes que coexistiram nos tempos da colonização. Na Amazônia esta realidade não foi diferente.

A adesão dos negros a manifestações da religião católica não pode ter uma interpretação simplória de que estes foram convertidos ao catolicismo e que abandonaram suas crenças e ritos. Muitos escravos identificados como cristãos não abandonaram a fé nas divindades oriundas de sua terra natal e nem deixaram de cultuá-las. A forma cordata de lidar com esta realidade dúbia contribuiu para que as religiões afro-brasileiras mantenham um expressivo número de seguidores dispersos nas variadas regiões do Brasil.

As folias congregam práticas culturais dos indígenas, negros africanos e dos colonizadores. No município de Óbidos, é possível identificar a presença delas em comunidades rurais e mais fortemente naquelas que assumem a identidade de remanescentes de quilombos. Nelas, a origem da folia está relacionada aos ancestrais que iniciaram o processo de povoamento das próprias comunidades. Podem ser citadas como possuidoras destas características as folias das comunidades de: Arapucu (Folia de São Tomé), Silêncio (Folia de São Benedito) e Nossa Senhora das Graças (Folia de Santa Maria). Estas festas em homenagem aos santos protetores aglutinam rituais pertencentes à religião católica e às religiões de matrizes africanas, comunicando trocas resultantes da interação entre negros, índios e brancos.

De forma geral, as folias são compostas por diversos cânticos entoados sob o comando do capitão folião ou capitã foliã e acompanhados pelos auxiliares e o público participante. Os cânticos indicam a sequência de rezas tradicionais do catolicismo a serem realizadas; além disso, também assinalam para o encadeamento de ações que os envolvidos na programação devem assumir. Salvo exceções, o ritual da folia possui a seguinte sequência: saudações mútuas,

momento de esmolar, de lanchar e o momento da despedida dos foliões. Após a sucessão fases previamente estabelecidas, a folia passará a visitar outra casa ou outra comunidade.

As particularidades assumidas por cada folia indicam a capacidade inventiva dos agentes, que em conformidade com sua realidade específica elaboram as músicas e o encadeamento ritualístico próprio a ser seguido pelas pessoas envolvidas na cerimônia. Observa-se, entretanto, que há elementos comuns entre as folias, tais como a distribuição dos personagens com suas respectivas funções e os instrumentos musicais confeccionados de forma rústicos. Estes elementos convergentes são ressaltados por Leandro Tavares:

As Folias de Santo são compostas pelos seguintes foliões: Capitão Folião, é o tocador da Caixinha ou Repique, é o puxador dos versos da Folia, e determina o cumprimento dos castigos do folião que comete infração, inclusive o seu próprio castigo; Mantenedora, protege a imagem do santo, observa o comportamento de cada folião para informar ao Capitão que determinara o castigo, que de acordo com a gravidade receberá o cruzamento de bandeiras ou o toque de caixa a cada sinal da cruz; Porta Bandeira Branca, também chamada de guia, é a baliza da caminhada, nenhum folião pode passar a sua frente; Porta Bandeira Vermelha indica colheita fértil, e serve como auxiliar da Bandeira Branca; Caracacha; Porta Bandeira do Santo; Banjista; Caixa Grande (Caixa de resposta/ Marcação do ritmo); Reco-Reco e demais membros que complementam os ritmos (TAVARES, 2016, p. 204-205)

A folia de Santa Maria, nativa da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças, possui peculiaridades que a distinguem das demais folias existentes no município de Óbidos. Traços indicativos desta distintividade são justamente os fatos de a folia homenagear uma santa, de haver sido fundada por uma mulher, de haver sido comandada majoritariamente por mulheres e, ainda, de ser liderada e composta na atualidade somente por mulheres. Tais atributos, contribuem para que ela se afirme como a folia mais feminina a nível municipal e quiçá da Amazônia, que é uma região marcada pela “heterogeneidade que se expressa de forma bastante significativa, no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam [...]” (HAGE, 2005, p. 61).

Na história da folia de Santa Maria, o falecimento de Martinha Pinheiro de Azevedo representou a passagem da celebração para os cuidados de sua filha Maria Azevedo, conhecida pela alcunha de Maria Botóia. Posteriormente ao óbito de Maria Botóia, a folia de Santa Maria passou um período de tempo sem ser apresentada. Somente em 1988, voltou a ter uma liderança e foliões, sendo pela primeira vez comandada por um homem, o senhor Oscar Bentes Gomes, e a ser composta somente por homens. Entretanto, devido ao senhor Oscar passar a residir na cidade de Óbidos, os vínculos existentes entre a folia de Santa Maria e os moradores de Nossa Senhora das Graças se fragilizaram.

Aos comunitários, restava agora gerir esta situação excepcional: o capitão folião deixou de morar na comunidade e levou as apresentações da folia consigo para a cidade de Óbidos, local onde passa a fazer pequenas apresentações dela. O distanciamento entre a folia de Santa Maria e os moradores de Nossa Senhora das Graças foi motivo de insatisfação geral entre os comunitários, que passaram a não reconhecer legitimidade na romaria apresentada pelo senhor Oscar na sede municipal. Ao mesmo tempo, tinham que lidar com uma situação inusitada e constrangedora: a de negar a autoridade de Oscar na condução da folia! Tanto Martinha como Maria Botóia só deixaram o comando da folia devido ao falecimento de ambas. E agora, o atual líder folião, por questão de mudança de local de residência, separa/distancia a folia dos devotos, fato que corroborou para que os comunitários passassem a questionar o posto de líder de Oscar na condução da folia.

Superada a fase de incertezas e de distanciamentos, a folia de Santa Maria foi reativada em Nossa Senhora das Graças nos moldes tradicionais, sendo comandada por uma mulher, a capitã foliã Josefa Bentes de Azevedo e com um diferencial a mais, agora integrada somente por mulheres. Em conversa com a líder anciã Josefa, ela destaca as memórias de sua infância sobre a folia e sobre a última mulher que a liderou: “no tempo que a minha tia Maria Botóia fazia a folia da Santa Maria eu era criança. Só que eu aprendia, porque a gente era criança, mas prestava atenção, aí eu aprendi e nunca esqueci. Aí ficou na minha memória, nunca esqueci e hoje é feito igualzinho”.

Do relato acima se abstrai a forma pela qual a folia foi preservada e mantida de geração em geração pelos comunitários, ou seja, por meio da oralidade e do processo de observar atentamente a sucessão de ritos que a compõem e de, posteriormente, reproduzir o ritual. A partir do processo de assimilação e aprendizagem as novas gerações imitam o cerimonial realizado pelas gerações pretéritas que conduziam a folia. Esta sucessão de aprendizagens e imitações tem garantido a manutenção da tradicional folia de Santa Maria na comunidade Nossa Senhora das Graças. Outra anciã de 89 anos, que também guarda lembranças do tempo criança é a senhora Raimunda Martins, que relembra:

A gente ia lá rezar na casa dela [Martinha]. Eu era criança, mas eles me levavam para rezar toda noite na casa de dona Martinha. A casa dela tinha um aterro, não era de tábuas, era um aterro, mas era igual isto de branquinho. Lá dançavam todos naquele aterro, nunca foi no fundo, aquele aterro. Me lembro como se fosse hoje daquela casa. Ela usava uma saiona por aqui. Ela era uma velha alta, magra. Usava aquela saiona. A gente ia rezar lá, depois da reza, era o momento de dançar, dançávamos muito. [...] Era dança mesmo dos antigos, ela dançava lundum, com aquelas saionas. Meu pai era profissional

do lundum, ele pegava o lenço com o dente. Eram estas danças. Pois é, era a desfeiteira de botar verso, também”. (Informação verbal)⁶.

No retorno das apresentações da folia de Santa Maria para Nossa Senhora das Graças, a folia passou a ser composta por um grupo de onze foliãs. Cada mulher recebeu uma função, em conformidade com suas habilidades, vocações e perfil. Há circunstâncias em que uma mesma foliã exerce mais de uma função no ritual. A liderança coube à capitã foliã Josefa Bentes de Azevedo, que é responsável por entoar os cânticos de acordo com as exigências da cerimônia ritualística, cabe à capitã, também, tocar a caixa menor. O papel de mantenedora competiu à senhora Cezarina Bentes Azevedo, cujo encargo é de protetora e guarda da santa.

Nos três maracás revezam-se: Marly Rodrigues, Dileuma Pereira Viana e Dileusa de Azevedo Pereira. Os maracás são feitos de cabaças pequenas, nas quais são colocadas pedras ou sementes com a finalidade de serem produzidos sons rítmicos para acompanhar as músicas cantadas durante o cerimonial da folia. Osvaldina Bentes Azevedo é a condutora da bandeira branca, símbolo da paz e guia da romaria, juntamente com a bandeira vermelha, que é carregada por Idarina de Azevedo Pereira ou por Rita Silva Ribeiro.

Os instrumentos musicais são distribuídos da seguinte forma na folia de Santa Maria: nos três reco-recos, feitos de bambu seco, se alternam: Osvaldina Bentes Azevedo, Idarina de Azevedo Pereira, Rita Silva Ribeiro e Gracemir Siqueira de Azevedo. E, na Caixa Maior, Ana Maria da Rocha campos.

No ano de 2012 a folia de Santa Maria sofreu mais um abalo, devido ao falecimento de sua mantenedora, a senhora Cezarina Bentes de Azevedo. Erguidas pela própria força mística da folia, as mulheres seguem com o ritual de apresentações, cabendo agora o papel de mantenedora à senhora Maria Farias de Azevedo. Algo que se observa, é que as funções principais na folia são ocupadas por descendentes da senhora Martinha Azevedo, matriarca dos comunitários. E assim, a folia vem cumprindo seu papel de irmanar os moradores de Nossa Senhora das Graças, de sedimentar a identidade étnica assumida pelas famílias e de fazer sobressair o protagonismo feminino local.

De forma geral, as folias identificadas acima têm resistido ao tempo nas comunidades quilombolas do município de Óbidos. Elas atravessam gerações e expressam a cultura afro-brasileira através dos cultos e rituais religiosos que homenageiam aos santos protetores de cada comunidade. Tais comunidades, se irmanam pela forte ligação que possuem com o processo de resistência à escravidão, outro ponto comum entre estes povoados é a estreita ligação que existe

⁶ Raimunda Martins: entrevista concedida em outubro de 2018.

entre os santos festejados nas folias e os ancestrais que iniciaram o processo de povoamento nestas comunidades remanescentes de quilombos. A folia de Santa Maria, originária da comunidade Nossa Senhora das Graças será detalhada com maior profundidade no subitem 3.3.4, cuja abordagem se volta para as mulheres e para o valor simbólico a folia no contexto atual.

3.3. As mulheres de Nossa Senhora das Graças no contexto atual

Nossa senhora das Graças está inserida em região de várzea, durante o inverno amazônico ela fica rodeada de água por todas as suas extremidades e seu solo fica totalmente submerso pelas águas do rio Amazonas, a profundidade da água no solo comunitário varia entre dois e três metros. Fato que determina a estrutura predial do local, com a construção das casas e dos espaços de uso coletivo em formato de palafitas⁷.

A comunidade é habitada por 48 famílias, havendo um equilíbrio entre o quantitativo de homens e de mulheres. Predominam os lares nos quais os titulares são casais. Há apenas cinco residências nas quais as mulheres figuram como viúvas ou como solteiras.

Existe uma carência total de serviço básicos de saúde e saneamento na comunidade: não há água encanada, posto de saúde e nem energia elétrica permanente ou motor gerador de uso coletivo. Não há prédios públicos construídos em Nossa Senhora das Graças. As únicas construções coletivas existentes são: uma igreja católica, o barracão comunitário (que funciona como escola durante a semana), a sede do Clube Novo Sucesso e uma cozinha comunitária, todos construídos com recursos financeiros e trabalho dos moradores de Nossa Senhora das Graças.

As atividades produtivas mais dinâmicas na comunidade, citadas em grau de importância econômica são: a pesca no rio Amazonas e nos lagos existentes no interior do território quilombola; a agricultura de ciclo curto; a criação de pequenos animais e a criação de gado bovino (numericamente inexpressível). Dentes estas atividades produtivas, a que conta com uma menor participação feminina é a pecuária. Em todas as outras atividades a participação das mulheres é massiva.

A vazante do rio Amazonas constitui o período de maior produtividade pesqueira na comunidade devido as migrações de várias espécies de peixes no rio e a concentração destas espécies nos lagos internos ao território quilombola: Lago da Conceição, Lagunho e outros

⁷ Palafita são construções erigidas sobre estacas de madeira, aptas a resistirem ao período de cheia dos rios durante o inverno amazônico.

dois sem denominação específica, cujos volumes de água ficam cada vez menores nesta época, facilitando a captura dos peixes. De acordo com as informações coletadas entre os comunitários, as principais espécies capturadas na pesca de rio e nos lagos são: dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), filhote (*Brchyplathystoma*), piramutada (*Brchyplathystoma vaillant*), cujuba (*Oxydoras Níger*), curimatã (*Prochilodus spp*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), apapá (*Pellona castelnaena*), surubim (*Merodontodus spp.*), pacu (*Piractus mesopotamicus*) e tucunaré (*Cichla spp*).

A partir da análise do cadastro das famílias realizado pelo Incra em 2016, se abstrai que 75% das mulheres exercem atividade de pesca, se declaram com pescadoras e são filiadas à colônia de pescadores sediada no município de Óbidos (Z-19). Ao mesmo tempo, tomam para si a responsabilidade de fazerem as plantações agrícolas que são realizadas no espaço compreendido entre as residências e o leito do rio, durante o período da vazante. A Figura 4 possibilita visualizar algumas plantações agrícola cultivadas na comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças.



Figura 4 – Cultivo agrícola de culturas de ciclo curto, plantadas na frente das residências.
Fonte: AMARAL, Raquel.

De modo geral são cultivados milho, melancia, jerimum, maxixe, melão, mandioca e macaxeira. Ou seja, são escolhidas para serem plantadas as culturas que possibilitem realizar o plantio durante a baixa da água do rio e efetivar a colheita antes do novo período de subida das águas e conseqüente inundação do solo comunitário.

De acordo com a divisão sexual do trabalho, as plantações agrícolas são de atribuição das mulheres. Mas, é comum elas acionarem a ajuda dos homens para agilizar o andamento dos trabalhos de preparo do solo, plantio e colheita dos produtos. Tendo em vista as excepcionalidades naturais, que encurtam período de tempo entre a vazante e enchente do rio e, conseqüentemente, abreviam o tempo para plantio e ceifa agrícola.

Ante a lacuna de espaços de socialização e de serviços públicos no ambiente em que o presente estudo foi realizado, os espaços que foram considerados para averiguar o papel exercido pelas mulheres em Nossa Senhora das Graças atualmente, foram: escola, igreja, a Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (ARQCONSGPAB) e a folia de Santa Maria.

3.3.1. Unidade Escolar



Figura 5 – Barracão comunitário que funciona como escola multisseriado.
Fonte: AMARAL, Raquel.

A única instituição escolar presente na comunidade, funciona no barracão comunitário (Figura 05). Denomina-se, escola municipal Professora Laura Dias. Há tempos os comunitários envidam esforços no sentido de mudar o nome da escola para Raimundo Azevedo Penha, um dos filhos da matriarca da comunidade, Martinha, e pai da atual capitã foliã da folia de Santa Maria, a senhora Josefa Bentes de Azevedo. Até o momento, este intento não foi concretizado.

No ano letivo de 2019 estão matriculados 22 alunos, as turmas funcionam em regime multisseriado no período da manhã e da tarde, sendo que os profissionais da educação designados para atender aos discentes são: um professor, Leosivaldo Farias de Azevedo, para atender os dois turnos e duas serventes, Aline de Azevedo Barros e Rosilete Siqueira Ribeiro, sendo uma em cada horário de trabalho. Todos os servidores são moradores nativos de Nossa Senhora das Graças.

O professor Leosivaldo destaca que nas atividades comemorativas há intensa participação das mulheres no preparo dos lanches, na coleta de brindes para serem sorteados e, também, nos ensaios com as crianças. Ou seja, as mulheres, independentemente de ainda terem filhos estudando na escola ou não, formam o grupo de apoio ao qual o docente recorre sempre que há qualquer evento na escola. As programações que congregam maior participação são: comemoração do dia das crianças em 12 de outubro, desfile de sete de setembro e a programação natalina. Neste período, a água está recolhida ao curso normal do leito do rio, estando o solo da comunidade em terra seca.



Figura 6 – Comemoração do dia das crianças na escola de Nossa Senhora das Graças.
Fonte: AMARAL, Raquel.

Na figura 6, é possível visualizar a participação das mulheres na programação alusiva ao dia das crianças, percebe-se a interação e envolvimento nas brincadeiras juntamente com os discentes e servidores da escola. As mulheres nutrem um diálogo constante junto à escola, com vistas a monitorar e acompanhar ativamente a vida escolar das crianças, o que, segundo diversos especialistas, constitui-se em fator que contribui para o sucesso acadêmico (MARQUES, 2002).

3.3.2. Igreja de Nossa Senhora das Graças



Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora das Graça
Fonte: AMARAL, Raquel.

A igreja Nossa Senhora das Graças (Figura 7) é a única existente na comunidade quilombola. Ela foi construída durante o ano de 1975. Após ser erguida em solo quilombola, duas mudanças extraordinárias ocorreram: a comunidade abandona o nome primitivo atribuído por sua matriarca Martinha Azevedo de Santa Maria e passa a assumir um novo nome, agora, Nossa Senhora das Graças; muda também, de padroeira: de Santa Maria para Nossa Senhora das Graças.

A construção da igreja representou a concretização de um sonho antigo. Para lograr êxito neste intento, os comunitários se dispuseram a aderir a mudanças que em outros cenários só ocorreriam após a superação de uma gama de resistências das pessoas envolvidas no processo. Apesar das mudanças operacionalizadas (de nome e de padroeira), mantiveram-se as novenas em cada casa da comunidade ao longo do mês de maio (mês de Maria) e a tradicional folia de Santa Maria.

Na igreja, as mulheres desempenham papel de líderes, são elas as responsáveis pela condução litúrgica das celebrações (leituras e cânticos); por prover todas as indumentárias e objetos utilizados nas cerimônias religiosas, além de serem as responsáveis por realizar os ensaios com as crianças, jovens e adultos, com vistas à realização de apresentações especiais na comunidade ou fora dela. A responsável pela guarda e limpeza da igreja, bem como pelas cerimônias semanais que ocorrem durante as ausências do padre, que só vai à comunidade esporadicamente, é uma mulher: Cátia Lúcia Bentes de Azevedo.

O papel exercido na igreja pelas mulheres em Nossa Senhora das Graças se aproxima do nível de importância dado ao ser feminino em tempos mais remotos, quando se infere que as mulheres ocupavam posições não subalternas. Uma teórica que defende esta ideia é Rose Muraro, segundo a qual, nos primórdios, quando “nossa espécie vivia da coleta e da caça de pequenos animais e ainda não havia a necessidade da força física, as mulheres possuíam um lugar central” (MURARO, 1993, p. 5). Neste período da história da humanidade as desigualdades sociais eram menos acentuadas e não operavam como o elemento norteador das relações sociais e de gênero, em particular.

3.3.3. Associação remanescente de quilombos da comunidade Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (ARQCONSGPAB)

A Associação Remanescente de Quilombos de Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (ARQCONSGPAB) foi constituída legalmente em 2013, com a finalidade de atender exigências legais oriundas da administração federal, segundo a qual os comunitários que pleiteiam obter a titulação das terras que ocupam, precisam estar agregados por meio uma associação legalmente constituída. Atendendo a este requisito legal foi criada a associação; no entanto, os moradores mais antigos resistem reconhecê-la como legítima para liderar e organizar algumas ações na comunidade. A fala da senhora Josefa é representativa deste grupo de idosos que sentem dificuldade em lidar com o novo modo de deliberar e concretizar a vontade da maioria na comunidade. Com aparente sentimento de nostálgica, Josefa relata como eram realizadas as reuniões antes da criação da ARQCONSGPAB:

Antes era mais animado, principalmente nas reuniões, a gente fazia umas reuniões assim, vou falar no caso da igreja. Vamos fazer a festa da Santa? Vai sair este ano, vai? Vai! Todos respondiam. Então vamos reunir! Não tinha negócio de presidente, de coordenador, não tinha nada. Éramos nós reunidos, as famílias. Como a gente vai fazer? Olha eu tive uma ideia que é para fazer assim, assim. Então escreve lá, Rosinalva, a agente de saúde, essa era de escrever. Outro vinha com outra ideia para depois vermos aquela ideia que ia ficar ou qual era melhor. Aí, olha a ideia do compadre Ronaldo ou de dona Nenê é melhor. Vamos ficar nesta ideia e todo mundo concordava, então tá! Agora não, é só teima, teima, teima. Porque eu disse que tinha que ser assim, se não for assim como fulano falou, já não quero. Isto assim, já me desgostou, por isso que eu já gosto mais de reunião, porque já não é como antes, é uma mudança muito complicada, eu acho que mudou muito [...]. É porque eu sou presidente, eu já disse que isso tem que ser assim, assim. É como se tivéssemos ficado só para trabalhar nas programações agora, as decisões não são mais nossas! (Informação verbal)⁸

⁸ Josefa Bentes de Azevedo: entrevista concedida em outubro de 2018

A fala da comunitária evidencia a dificuldade de adaptação ao novo formato de tomada de decisões na comunidade. As reuniões convocadas pela associação, adotam uma metodologia diferente da que era adotada pelos idosos da comunidade. Agora o consenso é atingido após a realização de debates intensos visando identificar a vontade da maioria, esta nova forma de tomada de decisões na comunidade é vista com estranhamento pelos idosos, que se sentem desprestigiados quando suas ideias não são validadas pela maioria dos membros da associação. Com vistas a harmonizar a comunidade, faz-se necessária a adoção de atitudes, pelas lideranças da associação, que provoquem menos impacto aos saberes e práticas dos que se percebem como guardiões das memórias e tradições da comunidade, tendo em vista, a dificuldade que sentem em adaptarem-se às mudanças pelas quais vem passando a comunidade.

No estatuto da ARQCONSGPAB são destacados sete objetivos que serão perseguidos pela associação, objetivando melhorar a comunidade e a qualidade de vida de seus moradores. De forma geral, são finalidades da associação representar os interesses de seus sócios em todas as instâncias administrativas e judiciais; lutar pela preservação do meio ambiente intracomunidade; além de envidar esforços para defender o território identificado e delimitado em favor das famílias quilombolas.

O papel desempenhado pelas mulheres na consecução destes objetivos é basilar. Durante o complexo processo de reconhecimento dos limites territoriais da comunidade quilombola, as mulheres figuraram na linha de frente como verdadeiras guerreiras amazônicas. Bravamente, elas encamparam a luta pela defesa tanto da titulação do território ancestralmente ocupado, quanto pelo reconhecimento da identidade étnica do grupo, que em determinada fase do processo administrativo, foi fortemente abalada e colocada sob iminente perigo, por haver sido negada e desconsiderada por agentes públicos e por correligionários residentes nas comunidades vizinhas.

O maior embrolho no qual os comunitários foram envolvidos decorreu de haverem sido beneficiados, à revelia de sua vontade, de regularização fundiária como assentados na condição de assentados da reforma agrária, por meio do Assentamento Agroextrativista Três Ilhas e não conforme haviam demandado do órgão fundiário, ou seja, como comunidade quilombola. Isso gerou um longo e intenso processo de organização interna na comunidade, e as mulheres se posicionaram na dianteira dele. No momento em que os moradores de Nossa senhora das Graças foram pressionados para negarem sua identidade étnica e para aceitarem pertencer ao

assentamento Três Ilhas, a anciã Osvaldina Azevedo bradou em uma das reuniões realizadas com a finalidade de convencê-los: “estamos dentro da luta quilombola até morrer⁹”.

Em outro momento, ligado ao mesmo episódio conflituoso, a comunitária Ana Maria Campos entra em confronto verbal com uma liderança do assentamento que tentava persuadir as famílias quilombolas a abandonarem o pleito de regularização fundiária quilombola, ela relata o seguinte episódio ocorrido:

Olha, eu me lembro, o meu colega era agente de saúde, aí ele estava falando que eles queriam meter a gente no assentamento. Mas eu disse tu tens de respeitar, tu tens que fazer reunião, aí depois de passado um bom tempo, o Elinaldo veio aqui, em cima da hora para fazer uma reunião, aí nós dissemos não, ninguém aceitava. Ele preparou lá, porque ele me contou, meteu a gente sem sabermos e veio fazer reunião só para dizermos o sim e trouxe um papel para nós assinarmos dizendo que nós aceitávamos pertencer ao assentamento. Mas ninguém aceitou. (informação verbal)¹⁰

A atuação feminina, em parceria com os homens, contribuiu para que a comunidade conseguisse sair vitoriosa da situação de conflito na qual foi inserida à revelia de sua vontade. Na constituição da diretoria da associação quilombola, observa-se que em termos quantitativos há um equilíbrio na distribuição dos cargos entre homens e mulheres, muito embora, seja possível observar que os cargos de presidente e vice-presidente da associação tem recorrentemente sido ocupados por homens. No estatuto da entidade é destacado que na composição da diretoria se observará a reserva de 30% dos cargos para serem ocupados por mulheres, regra plenamente cumprida pela ARQCONSGPAB.

3.3.4. Folia de Santa Maria como símbolo do protagonismo feminino

Em tempos hodiernos a folia de Santa Maria é composta exclusivamente por mulheres, e quando se atenta para os relatos referentes aos períodos pretéritos, constata-se que a trajetória histórica da folia é marcada pela presença de lideranças femininas. Desde sua formação a folia foi comandada por quatro pessoas, que eram responsáveis por reunir e distribuir as tarefas entre os integrantes foliões, em conformidade com suas habilidades. Em ordem cronológica, são elas: Martinha Azevedo, Maria Azevedo (Maria Botóia), Oscar Bentes Gomes e atualmente, Josefa Bentes de Azevedo. Por um período curto tem tempo a folia esteve sob o comando masculino, em todas as outras fases de sua história o comando conservou-se sob o domínio das mulheres.

⁹ Osvaldina Azevedo: entrevista concedida em outubro de 2018.

¹⁰ Ana Maria Campos: entrevista concedida em outubro de 2018

Devido à mudança de Oscar de Nossa Senhora das Graças para a sede municipal, a folia de Santa Maria deixou de ser apresentada na comunidade, sendo reativada a partir de 1999, após a realização de um encontro de mulheres negras na comunidade quilombola Peruana (Óbidos/PA). Desde então, a folia volta a cumprir seu papel sistemático de ser apresentada em todas as ocasiões especiais da vida comunitária e em eventos externos ocorridos em comunidades quilombolas circunvizinhas, tendo, inclusive em 2018, integrado a programação oficial da festa de Nossa Senhora de Santana, padroeira do município de Óbidos.

A folia de Santa Maria, além de ser identificada externamente como própria da comunidade Nossa Senhora das Graças, internamente, ela possui o valor simbólico de representar a ligação ancestral entre as gerações pretéritas e as gerações atuais. No imaginário local, a folia de Santa Maria e a comunidade Nossa Senhora das Graças são indissociáveis, formam um complexo cultural único, indistinto.

A tradição de ser dirigida por mulheres e a formação atual, apenas por mulheres, coloca o coletivo da folia em posição privilegiada para influenciar nas decisões que são tomadas na comunidade e para censurar programações quando as opiniões proferidas pelas mulheres não são levadas em conta. Como forma de ilustração será citado um exemplo, a fim de clarificar o pensamento exposto; em novembro de 2017, as comemorações referentes à semana da consciência negra ocorreram em Nossa Senhora das Graças, todas as comunidades quilombolas do município de Óbidos estavam presentes na comunidade para uma programação de três dias.

Durante as reuniões intracomunitária de preparação do evento e de definição dos espaços de uso coletivo onde a programação seria desenvolvida, houve divergência entre o grupo das foliãs e a coordenação da programação da semana da consciência negra/2017. As foliãs defendiam que a programação deveria ocorrer no barracão comunitário, enquanto que alguns líderes da associação quilombola e da igreja defendiam que o local adequado para ocorrer a programação seria a sede do clube Novo Sucesso. Os locais em disputa pelos dois grupos para ocorrer a programação da consciência negra são distantes um do outro, cerca de 400 metros.

Nesta disputa entre locais, prevaleceu o desejo dos líderes da associação, apesar de toda a argumentação utilizada pelas foliãs da folia de Santa Maria. Ocorre que em protesto à decisão tomada, as foliãs recusaram-se a apresentar a folia durante a programação da Consciência Negra. A decisão causou uma repercussão enorme, pois pela primeira vez todas as comunidades quilombolas estavam presentes em Nossa Senhora das Graças. Pela magnitude do evento, jamais a apresentação símbolo cultural e religioso da comunidade poderia deixar de ser

apresentada. Mas a folia simplesmente não foi exibida, deixando as lideranças em situação desconfortável, pasmas!

Este episódio provoca a reflexão sobre a importância de a folia estar constituída por mulheres e sobre como, estrategicamente, ela tem sido acionada e servido para fazer sobressair a figura feminina. Ao mesmo tempo, a folia tem servido para sensibilizar as lideranças comunitárias sobre a necessidade de observarem a opinião das mulheres nas decisões que são tomadas no ambiente comunitário.

Ribeiro (2017, p. 64) chama a atenção para o processo de silenciamento ao qual as mulheres têm sido submetidas ao longo da história, especialmente as mulheres negras. Possuir espaços de fala em que elas sejam de fato ouvidas é condição mínima que reverbera na efetivação do “direito à existência digna, à voz” feminina. A folia de Santa Maria coloca as mulheres em lugar privilegiado no processo de negociação na comunidade, pois lhes fornece argumentos e poder de negociação robustos, ao ponto de romper com a cultura machista impregnada na sociedade, que privilegia o espaço de fala dos homens em detrimento das mulheres.



Figura 8 – Criança representando Santa Maria/2018.
Fonte: AMARAL, Raquel.

Na Figura 8 (acima) é destacado um momento da apresentação da folia de Santa Maria. Na imagem há uma criança representando a Santa. Fato que evidencia a participação de diferentes gerações no ritual, algo singular e de grande importância para o processo de continuidade desta expressão cultural e religiosa, que é realizada há mais de um século na comunidade.

O cerimonial da folia de Santa Maria é bem eclético, pois adota diferentes métodos e formatos de apresentação. A folia já foi apresentada dentro da programação tradicional de missas celebradas na comunidade; esteve compondo a programação de apresentações especiais da festa da padroeira da cidade de Óbidos e tem sido realizada em seu formato tradicional, segundo o qual as foliãs percorrem a comunidade e adentram nas residências quando a porta está aberta. A porta aberta é o sinal de que a família aceita a folia em sua casa.

Nas residências, as apresentações em formato musical duram em média uma hora: começa com o cântico de entrada nas residências. Caso seja oferecido um lanche ou almoço às foliãs, entoar-se o cântico de agradecimento, e, no momento da saída, é entoado o cântico de despedida. No entanto, ao longo do desenrolar da folia diversos outros cânticos podem ser cantados a critério das foliãs ou dos membros das casas na qual o ritual se desenvolve.

Quando, durante a apresentação da Folia em determinada residência, o relógio marca 18 horas, canta-se o cântico das dezoito horas. Mas, a Santa Maria permanecerá nessa residência durante a noite e as foliãs, ou dormem nesta casa (se estiverem muito longe de suas casas) ou retornam para suas casas e voltam a esta mesma residência às seis horas do dia seguinte para buscar a Santa. Ao retornarem ao local onde a santa pernoitou, é cantado o cântico da alvorada, cuja letra está destacada abaixo:

CÂNTICO DA ALVORADA

<p>O galo já está cantando. (2X) E lá se vem o alegre dia. Jesus Cristo o rei da glória é filho da Virgem Maria. (2X) Lá se vem a estrala d'alva. (2X) Dando o sinal de que já vem o dia. Jesus Cristo o rei da glória é filho da Virgem Maria. (2X) Senhores donos da casa. (2X) Que Deus nos dê muito bom dia! Jesus Cristo o rei da glória é filho da Virgem Maria. (2X)</p>

Seguindo a ritualística descrita acima, a apresentação da folia é encerrada nesta residência com o Cântico da Alvorada. Na Figura 9 (abaixo), buscou-se registrar os preparatórios que antecedem a saída da Folia de Santa Maria para uma apresentação fluvial. Em primeiro plano, vestidas de azul estão as foliãs que conduzem as bandeiras vermelha (Osvaldina Bentes de Azevedo) e branca (Idarina de Azevedo Pereira). Logo atrás da senhora Osvaldina, está a capitã foliã: Josefa Bentes de Azevedo. Ao centro, a imagem de Santa Maria, segura por uma criança vestida a caráter.



Figura 9 – Apresentação fluvial da Folia de Santa Maria/2018.
Fonte: AMARAL, Raquel.

Algo pertinente de ser destacado na Figura 9 é a cor da roupa comum a todos as foliãs de Santa Maria: azul. Esta mesma cor está presente na maioria das residências das famílias e nos poucos espaços de uso coletivo existentes na comunidade: igreja, barracão comunitário e sede do Clube Novo Sucesso. De forma silenciosa e discreta, as diferentes gerações de mulheres que compõem a Folia de Santa Maria registram de forma material e espiritual a presença da folia por toda a extensão da comunidade.

Ao mesmo tempo, comunicam a força e vigor do ser feminino, que tal qual o ser masculino, pode sim vestir-se de azul e trilhar por caminhos que ressaltam a liderança, comando e importância da figura feminina. A posição assumida pelas foliãs, ao eleger o azul como cor padrão, é de recusa do lugar de subalternidade e subserviência, historicamente reservado às mulheres em diferentes sociedades. Em Nossa Senhora das Graças, as mulheres têm, estrategicamente, se levantado contra o machismo, preconceito e discriminação e buscado ocupar posições de liderança.

3. 4. Dilemas e perspectiva

O caminho trilhado pelas mulheres de Nossa Senhora das Graças para se afirmarem enquanto mulheres negras ativas e influenciadoras nas decisões tomadas no contexto

comunitário e fora dele é espinho. Diversos intelectuais têm produzido obras que demonstram as dificuldades pelas quais passam homens e mulheres a população negra ao longo da História Brasileira.

Uma visita ao livro *Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*, de Abdias Nascimento, coloca o leitor em contato com as variadas tentativas deliberadas de ocultação da história da escravidão pelo Estado brasileiro. Pela dimensão dos atos administrativos, o autor os interpreta como formas de promoção de extermínios parciais ou totais da população negra, através do aniquilamento político, cultural e moral deste povo.

Ao longo da obra, Abdias Nascimento menciona decisões tomadas pelo Estado em diferentes fases históricas, visando promover e acelerar o branqueamento da população brasileira, a ocidentalização da população negra e a amputação de sua identidade africana. Estas ações, aliadas a outras citadas na obra, são interpretadas por ele como a execução de um plano que visa fomentar o genocídio da população negra. Para referendar suas afirmativas, o autor cita o decreto de Decreto de 28/07/1890, que contém a seguinte norma: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho...[...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (NASCIMENTO, 1978, p. 71). Por meio da edição desta lei, buscava-se impedir a entrada de negros, pois no entendimento oficial, a imigração de negros para o Brasil comprometia o sucesso de plano governamental de branqueamento da população, arquitetado para se tornar realidade a curto e médio prazo. Para tanto, era necessário controlar o crescimento estatístico da população negra no Brasil.

Em prosseguimento ao plano de erradicação da população negra no cenário nacional, Abdias Nascimento cita outras medidas oficiais, que tinham o objetivo de apagar os vestígios históricos da presença deste conjunto da população. Cita em sua obra a atitude tomada pelo ministro das finanças, Rui Barbosa, que através da edição da circular nº 29 de 13 de maio de 1891, ordena a queima de documentos sobre a origem e quantidade de negros trazidos da África para o Brasil. A respeito deste ato administrativo, tece as seguintes considerações:

É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas principalmente, em consequência da lamentável Circular Nº 29 de 13 de maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças. Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral (NASCIMENTO, 1978, p.49).

Os estudos realizados por Abdias Nascimento contribuem para colocar em debate e sob suspeita o discurso oficial de que em solo brasileiro imperou uma sublime democracia racial, a partir da qual se originou a sociedade brasileira. Este controverso conceito foi defendido por Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande e Senzala*, publicada pela primeira vez em 1933. As publicações de Nascimento demonstram a face racista e conservadora sobre a qual foram fundados o Estado e sociedade brasileira. Na condição de negro e ativista, ele procurou evidenciar a situação de silêncio secular à qual foi submetida esta população e alertar para a necessidade de romper com as estruturas que impedem o acesso dos negros à educação, ao mercado de trabalho e à terra.

Muito além da necessidade de produzir estudos sobre comunidades negras, é necessária a adoção de estratégias que incentivem e animem negros e negras a escreverem sobre si, sobre a forma como sentem e percebem o mundo. Ou seja, a constatação de que há espaços sociais ainda pouco acessíveis à população negra é uma realidade que precisa ser mudada. A esse respeito, a militância no movimento feminista negro e os estudos de Sueli Carneiro possuem uma importância capital para impulsionar a produção acadêmica de mulheres negras e para instigar a formulação de políticas públicas específicas para este coletivo.

Em suas publicações, Sueli Carneiro utiliza a expressão “Enegrecendo o feminismo” (CARNEIRO, 2003, p. 118) com o objetivo de colocar em evidência a existência de uma lógica sistêmica de opressão que atinge conjuntamente gênero, raça e classe de forma entrecruzada. Não é possível, portanto, combater atitudes machistas de forma isolada, sem estabelecer conexão com questões de raça e classe, pois, de acordo com a autora, há uma lógica sistêmica de opressão que se estruturou historicamente na sociedade e que afeta principalmente as mulheres negras e as condena a figurar nas estatísticas oficiais como as que recebem salários menores, ocupam os espaços menos valorizados no mercado de trabalho e que, em consequência disso, se situam na parte mais baixa da pirâmide social, na qual são fixados os pobres.

No processo de animação e fortalecimento das correntes de solidariedade entre as mulheres negras que se lançaram no mundo da produção acadêmica, o site Geledés¹¹, fundado e atualmente coordenado por Sueli Carneiro, assumiu uma importância capital devido à originalidade com que tem expressado a produção científica de mulheres negras em diversas áreas do conhecimento, principalmente na área das humanidades. Neste espaço virtual é possível encontrar artigos, livros, entrevistas e debates fascinantes sobre as dificuldades de ser

¹¹ Endereço do site Geledés: <https://www.geledes.org.br/>

negra, mulher e pobre na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, nele é promovida a divulgação e lançamento de livros e artigos produzidos por intelectuais negras.

A partir do Geledés, é possível conhecer intelectuais negras e entrar em contato com suas produções acadêmicas, que tem agitado o cenário intelectual por questionar a ausência de acesso da população negra a espaços de poder, em um país que possui uma diversidade cultural significativa como a que o Brasil possui. Djamila Ribeiro, na obra *O que é lugar de fala?* (2017), traz reflexões instigantes a esse respeito, ao indagar quem são as pessoas autorizadas a falar em um país machista e racista? A partir da leitura de Djamila Ribeiro, constata-se que a ausência dos negros e indígenas nos espaços de poder não pode ser atribuída à falta de capacidade dos mesmos, mas ao sistema que opera no sentido de negar e impedir o acesso e permanência destes povos às universidades, produção científica e aos cargos e empregos que indiquem posição de comando.

Historicamente, têm sido designados lugares de subalternidade a estes coletivos. Há, portanto, necessidade de romper com o processo de silenciamento imposto. As vozes representativas da diversidade brasileira precisam ingressar e serem ouvidas nos diferentes espaços sociais, pois somente assim vislumbra-se a possibilidade de ser concretizada uma sociedade de fato democrática.

Outra obra digna de menção desta intelectual é: *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018), uma leitura importante para aos que se interessam na temática. Corroborando com este entendimento, Carla Akotirene, pesquisadora baiana, lançou em 2018, o livro *O que é interseccionalidade?* Na obra, a autora tece críticas ao esvaziamento do conceito interseccionalidade realizado pela academia, tendo como referência de análise pesquisadoras, como: Angela Davis, Ochy Curiel, Gilza Marques, Jasbir Puar, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins e Houria Bouteldja.

Segundo Akotirene (2018), interseccionalidade é uma sensibilidade analítica que é teórica, metodológica e prática, que foi cunhada em 1989, por uma ativista negra estadunidense da área do direito, Kimbelé Williams Crenshaw, segundo a qual o encontro do racismo, do capitalismo e do heteropatriarcado provocou um acidente, no qual a vitimada pelo encontro destas três estruturas foi a mulher negra.

O movimento antirracismo, quando tenta propor um socorro epistemológico, teórico e político para a mulher negra, sugere ferramentas que foram pensadas para analisar a condição do homem negro. Por sua vez, o movimento feminista branco, também falha na prestação de socorro à mulher negra, pois os instrumentos analíticos utilizados para fomentar os debates e as mudanças sociais atendem às expectativas e necessidades das mulheres brancas, em especial.

Diante da realidade imposta, a mulher negra produz o conceito analítico da interseccionalidade, que busca evidenciar as experiências das mulheres negras, dos homens negros e todas as categorias sociais designadas como “outros”, que rotineiramente têm seus corpos objetificados e desumanizados.

Por conta desta situação, a mulher negra vem sendo deixada, reiteradamente, à margem da sociedade por não corresponder e não se encaixar nos padrões estéticos-normativos estabelecidos socialmente como normal, belo e admirável. O conceito de interseccionalidade é assim descrito:

O conceito de interseccionalidade propunha enfrentar casos de violência contra as mulheres de cor, lidar com interconexão das estruturas em direção às mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, atravessada pela experiência coletiva da mulher negra, não presa às geografias do saber estadunidenses. Importante dizer que as mulheres negras precisam de uma resposta metodológica que abarcasse múltiplos sistemas de opressão numa proposta teórica engajada (AKOTIRENE, 2018, p. 94).

Ao explorar o conceito de interseccionalidade, Akotirene enfatiza que a mulher negra tem sido largamente afetada por situações vexatórias, em função do racismo e sexismo estabelecidos na sociedade e, por situar-se na base da pirâmide social. Fatos que corroboram para que sejam encurtadas as chances destas mulheres se posicionarem melhor no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de ascenderem socialmente, dadas as restrições de oportunidades que enfrentam cotidianamente. Em torno desta corrente de pensamento se somam variadas intelectuais negras, com suas respectivas produções acadêmicas.

A produção teórica destas intelectuais negras, tem apontado para a necessidade de serem fortalecidas as redes de apoio que promovem a aproximação e a solidariedade entre este coletivo, para que a convergência de forças contribua para ampliar o acesso a espaços sociais fracamente ocupados pelas mulheres negras. Corroborando com este pensamento, Sueli Carneiro enfatiza a necessidade de atuação conjunta da população negra para superar a conjuntura que lhes tem sido, historicamente, desfavorável:

Testemunhas de uma história de derrotas e fracassos da qual somos todos herdeiros e que nenhuma estória (sic) de mobilidade social individual pode apagar. Só a recuperação coletiva de nossa capacidade de autodeterminação pode fazê-lo. E é isso que homens e mulheres negros organizados buscam realizar através das inúmeras entidades negras espalhadas por todo o país, que na luta política cotidiana contra o racismo e a discriminação racial forjam propostas de emancipação social e resgate da dignidade de todo o povo negro deste país (CARNEIRO, 1995, p. 552).

Na superação dos obstáculos contemporâneos vivenciados pela população negra, que a coloca em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é urgente que homens e mulheres negras canalizem energias na busca de um novo marco civilizatório, cujo alicerce seja: a democracia, a igualdade e a justiça social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou, por meio do método etnográfico, evidenciar o lugar social que tem sido ocupado pelas mulheres da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças no contexto intracomunidade, abarcando as comunidades circunvizinhas e a sede municipal. Uma história de protagonismo feminino referenciada na biografia de Martinha Pinheiro de Azevedo, pessoa a quem se atribui as origens da comunidade e que alimenta a crença na origem comum do grupo autoatribuído quilombola.

O fato de, via de regra, às mulheres negras serem designados lugares sociais de subalternidade faz com que Nossa Senhora das Graças ocupe um lugar de centralidade, devido às particularidades encontradas nesta comunidade, que a colocam em situação de exceção a esta regra geral. As mulheres possuem um lugar de fala privilegiado que lhes possibilita influenciar nas decisões que são tomadas na comunidade. As singularidades presentes em Nossa Senhora das Graças fazem dela a comunidade quilombola mais feminina da região.

Tendo em vista, que além de haver sido fundada por uma mulher, há um conjunto de narrativas que são elaboradas e propagadas pelos comunitários sobre o passado, nas quais são privilegiadas as realizações e feitos das ancestrais femininas. Aliada a essas particularidades, a padroeira da comunidade é uma santa, Nossa Senhora das Graças, que é festejada anualmente durante o mês de novembro. E, por fim, possui a folia de Santa Maria, que é a única folia do município de Óbidos composta somente por mulheres.

A folia, além de cumprir o papel de ser a apresentação que melhor representa a religiosidade e cultura da comunidade. Cumpre, também, a função de dotar as mulheres de posição privilegiada de fala e de poder de persuasão nas tomadas de decisão na comunidade. Esta posição estratégica que as mulheres ocupam, é astutamente acionada por elas, sempre que desejam estabelecer suas ideias e deliberações ao restante dos comunitários.

Trazer à luz o modo de viver e ser das mulheres de Nossa Senhora das Graças coopera para a tomada de consciência sobre a “necessidade do reconhecimento de outros saberes e a importância de entendê-los como localizados e a importância de se romper com um postulado do silêncio” (RIBEIRO 2017, p. 89). Adotar atitudes que contribuam para romper com o processo de silenciamento imposto às mulheres negras, em especial as que estão estabelecidas na Amazônia, é uma necessidade premente, da qual a academia não pode se furtar de oferecer sua parcela de colaboração para reverter esta realidade imposta.

A ampliação do acesso das mulheres negras às universidades, a geração de debates que contribuam para a criação de uma autoimagem positiva delas sobre si mesmas, tem o poder de

contribuir para que elas identifiquem seu lugar de fala e para que passem a reivindicar e a ocupar espaços sociais historicamente negados a elas.

Os saberes e estratégias de exercício de poder acionados por mulheres negras a partir de seus referenciais próprios, em conformidade com a realidade subjacente reinante em cada espaço geográfico por elas ocupado, ao serem conhecidos e valorizados contribuem para o fortalecimento de uma cultura que precisa ser implementada para que desfrutemos de uma sociedade mais aproximada possível, dos princípios filosóficos fundantes da democracia moderna: que reconhece a todos como iguais perante a lei e que coíbe, veementemente, qualquer forma de discriminação ou preconceito social.

Quanto mais aproximado estivermos de um Estado de fato democrático, mais a sociedade repudiará o racismo, machismo, sexismo e o preconceito em suas variadas versões. A pluralidade cultural presente no Brasil precisa ser vista e ouvida em todos os espaços sociais indicativos de poder e prestígio na sociedade, caso contrário, persistirá a prática de manter determinados grupos sociais em posição de subalternidade.

Ler, valorizar e citar a produção acadêmica de mulheres negras é uma via, que contribui para a superação da situação de invisibilidade que ainda afeta as pesquisas e produções destas intelectuais. A presente pesquisa é um passo tímido, ante ao longo caminho que precisa ser trilhado, haja vista, a escassez de pesquisas sobre as mulheres negras residentes na Amazônia.

As mulheres do Baixo Amazonas citadas no presente trabalho, em particular as que residem em Nossa Senhora das Graças, são dotadas de iniciativas que tem contribuído para fortalecer o movimento quilombola na região. Ao mesmo tempo, suas ações têm corroborado para a formação de mulheres com um grau mais elevado de consciência de seus direitos e importância social, fato que as coloca em um lugar de fala mais fluente e ativo.

Por tudo que foi exposto, estas mulheres se distanciam de serem vistas como frágeis e dependentes. Mas, por outro lado, figuram como líderes e como as guardiãs dos saberes e práticas culturais, que encontram suas origens em períodos históricos de longa duração, ou seja, na diáspora africana e nos antepassados que originaram a comunidade. Coesão dos comunitários com os ancestrais é responsável por fornecer os elementos fáticos necessários para que o grupo se autodefinha como remanescente das comunidades de quilombos.

A identidade quilombola assumida pelos moradores de Nossa Senhora das Graças é determinante para que a cultura e o território ocupado por este coletivo sejam especialmente protegidos, com base na Constituição Federal em vigor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, R. E. M.; CASTRO, E. M. R. **Negros do Trombetas**: guardiães de matas e rios. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

ALVES, B. M & PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

AZEVEDO, I. M. **Puxirum**: memória dos negros do oeste paraense. Belém: IAP, 2002.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas**: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. A longa duração. In: Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

_____. Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instrução Normativa do Incri nº 57, de 20 de outubro de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 2009. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucoes-normativas-arquivos-pdf/in-57-2009-incra-quilombolas.pdf/view>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Burke, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos *Annales* 1929-1989 /Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMPAGNOLI, F. et al. Desafios da regularização fundiária para as comunidades ribeirinhas na Amazônia. In: ALVES, F. (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016. p. 316-344.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos feministas**. Ano 3. Segundo semestre, 1995

CLIFFORD. J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DAVIS, A. **Mulheres, raças e classes**. São Paulo: Boitempo, 2016

DEPOIMENTO DE IVONE CARVALHO DE JESUS. Terra de Direitos. **Youtube**. 20 nov. 2017. 8min08s< <https://www.youtube.com/watch?v=Q-z0wFOTyhc>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

DEPOIMENTO DE JORLENE DA SILVA COSTA. Terra de Direitos. **Youtube**. 20 nov. 2017. 1min42s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LXsQC8Vx5Dc>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

DEPOIMENTO DE ELIANE DOS SANTOS OLIVEIRA. Terra de Direitos. **Youtube**. 20 nov. 2017. 4min43s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oRt2YwvTeo8>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

DERRIDA, Jacques. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FUNES, E. A. **Área das Cabeceiras**: Terra de Remanescentes - Silêncio, Matá, Castanhanduba, Cuecé, Apuí e São José. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1999.

FUNES, E. A. “**Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas**”. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, 2000. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/html/publicacao.php>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global editora, 2003.

GUERREIRAS QUILOMBOLAS AMAZÔNIDAS. Terra de Direitos. **Youtube**. 06 nov. 2017. 5min15s. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=JdRGzqp2R68>>. Acesso em 15 de maio de 2019

HAGE, M. S. Educação na Amazônia: identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares. In: HAGE, Mufarrej Salomão (Org). **Educação do Campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. 1º edição. Belém (PA): Gráfica e Editora Gtemberg Ltda, 2005.

HOOKS, B. **Eu não sou uma mulher**: mulheres negras e feminismo. Disponível em <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2018.

_____. **Feminis mis for everybody**. Passionate Politics.[S.I]: Pluto Express, 2000.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedade caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 81-108.

INCRA. **Relatório Antropológico do território quilombola Maria Valentina**. Processo-Incra (SR30) nº 54.501.007690/2007-91. Documentos do Incra SR30. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/santarem>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

IBGE. **Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

LEITE, I. B. Territórios negro em área rural e urbana: algumas questões. In: FREIRE, M. DE L. B. D. L.; LEITE, I. B.; GUSMÃO, N. M. DE; MENDONÇA, C. P. **Cadernos Textos e Debates do NUER: Terras e Territórios Negros**. Florianópolis: UFSC, 1991, p. 39-46.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, Brasília, 2002. p. 251-290. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

MARQUES, L. **O envolvimento das famílias no processo educativo**: resultados de um estudo de caso em cinco países, 2002. Disponível em <<HTTP://www.eses.pt/us/ramiro/Texto.htm>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

MEDEIROS, R. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Public Culture, 15, 2003, p. 11-40

MONTEIRO, B. **História do Pará**. Belém: Amazônia, 2005.

MOREIRA, A. A. N. Relevô. In: GALVÃO, M. V. **Geografia do Brasil**: região Norte. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. p. 1-36.

MURARO, R. **Um novo mundo em gestação**. Campinas: Verus, 1993.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas. In: LIMA, D. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, Pro-Várzea, 2005. p. 207-264.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. “Uma etnologia dos índios misturados?”, *Mana* 4 (1), p. 47-77, 1998.

PIAGET, Jean. Os pais têm, por prioridade, o direito de escolher o gênero de educação a dar a seus filhos. In: **Para onde vai a educação?**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista**/Rosemary Radford Ruether; [tradução Walter Altmann, Luís Marcos Sander]. RS: Sinodal, 1993.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP, 2005.

SCOTT, J. História das Mulheres in: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SOMEKH, B; LEWIN C. (Org). **Teoria e método de pesquisa social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOUZA, L. M. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TAVARES, L. **Latinidade**. Rio de Janeiro: UERJ. IFCH. Nucleas. Agosto-dezembro, 2016.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

TYLER, S. A. **A etnografia pós-moderna: do documento do oculto**. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Org.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Papéis Selvagens, 2016. p. 183-206.

VALADARES, A. A. **Terra Legal e Nossa Várzea: duas concepções diversas de políticas de regularização fundiária e acesso à terra**. Boletim regional, urbano e ambiental. Brasília: IPEA, 2013.